AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA

BACHARELADO EM PSICOLOGIA

THÂMARA MIRANDA DE FREITAS

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DENTRO DOS RELACIONAMENTOS
CONJUGAIS: ENFRENTAMENTO E RESILIÊNCIA**

Juína/MT

2015

AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA

BACHARELADO EM PSICOLOGIA

THÂMARA MIRANDA DE FREITAS

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DENTRO DOS RELACIONAMENTOS
CONJUGAIS: ENFRENTAMENTO E RESILIÊNCIA**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Psicologia do Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena – AJES como exigência parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Esp.^a Angela Caneva Bauer

Juína/MT

2015

AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA

BACHARELADO EM PSICOLOGIA

BANCA EXAMINADORA

Professora Esp.^a Angela Caneva Bauer
Presidenta da Banca

Professora M.^a Chayene Hackbarth
Membra

Professor Me. Caio Fernando Gianini Leite
Membro

Juína/MT

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a minha família. Ao meu esposo Flavio, a minha filha Luísa Antônia, ao meu irmão Saymon, ao meu padrasto Cledioenelson, aos meus avós maternos Antônia e Clério, e, sobretudo a minha mãe Cleuzane, que sempre me ajudou e me apoiou em todas as etapas da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter realizado mais uma promessa em minha vida, e por iluminar meus passos durante esses cinco anos de caminhada.

A toda a minha família, meu alicerce, meu porto seguro, meu refúgio nas horas de angústia e aflição, sinônimo de honestidade, perseverança, e trabalho árduo.

Ao meu esposo Flavio, pela paciência, por estar do meu lado nos momentos de angústia, por acreditar em mim e na minha capacidade profissional, e por sempre me apoiar durante esses cinco anos juntos.

A minha filha Luísa Antônia, presente de Deus na minha vida, que veio para trazer alegria e sentido aos meus dias, por ser o motivo pelo qual eu busco ser sempre melhor e alcançar os meus objetivos, assim como vencer os obstáculos.

A minha mãe Cleuzane, mulher guerreira, que sozinha fez o papel de pai e mãe, nunca medindo esforços para me ajudar, e sempre me apoiando, me dando força, e orando a Deus para que esse sonho fosse realizado.

Ao meu padrasto Cledioenelson, pela ajuda a mim prestada, e por cuidar da minha família com tanto amor e carinho.

Ao meu irmão Saymon, pelo companheirismo e orações.

Aos meus avós Clério e Antônia, que sempre vibraram com cada etapa vencida, com cada dificuldade superada, acreditando cegamente na minha capacidade, que me educaram e me prepararam para a vida, por serem meu espelho, e dignos da minha eterna gratidão e amor infinito.

Aos meus tios Roger e Cleuzenir, por terem sido meus pais na ausência dos meus, por terem me ajudado desde sempre, pelos conselhos certos, pelos momentos maravilhosos, e pela ajuda que até hoje me prestam.

A minha orientadora Angela Caneva Bauer, pelos ensinamentos, grande dedicação, e por disponibilizar a mim toda a ajuda necessária, esclarecendo minhas dúvidas e minimizando minha ansiedade, e acima de tudo por ter sido durante os anos de convivência uma grande professora, amiga querida, admirada e amada por mim, e por todos do X Termo.

A professora Chayene Hackbarth a quem eu tenho grande admiração, por ter contribuído com materiais para que eu pudesse embasar melhor o meu trabalho, e pela honra de tê-la em minha banca.

A coordenadora do curso, Nádie Christina Ferreira Machado Spence, que esteve sempre prezando para que tivéssemos um ensino de qualidade, garantindo que fôssemos bem preparados para a vida profissional.

"A ferida sara, os ossos quebrados se recuperam, o sangue seca, mas a perda da autoestima, o sentimento de menos valia, a depressão, essas são feridas que não cicatrizam."

(Maria Berenice Dias)

RESUMO

De todas as violências que estão voltadas para a mulher, aquela que se desempenha no âmbito familiar, acaba sendo uma das mais cruéis. Visto o lar como sendo um local de refúgio e acolhida, em casos como esses passa a ser um ambiente perigoso, estressor e, muitas vezes, mortal. Dessa forma, o presente trabalho visa, através de uma pesquisa nos sites SCIELO – Scientific Electronic Library Online e BVS – Biblioteca Virtual em Saúde, realizar uma revisão integrativa, de artigos que narram sobre a Violência Psicológica, que foram publicados no período de 2010 à 2015. A análise dos dados que serão obtidos através da leitura do material que já foi coletado se deu de forma qualitativa, com o objetivo de compreender de forma mais detalhada a produção teórica existente, foram relatadas as consequências psicológicas da violência doméstica, e não só a forma como as mulheres lidam e enfrentam essa situação e, as possíveis doenças advindas dessa violência.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; violência contra a mulher; relacionamento conjugal; tipos de Violência.

ABSTRACT

Of all the violence that are aimed at women, one that plays in the family, it ends up being one of the cruelest. Since the home as a place of refuge and welcome, in cases like these going to be a hazardous environment, stressful and often deadly. Thus, this study aims, through research in SCIELO sites - Scientific Electronic Library Online and VHL - Virtual Health Library, conduct an integrative review of articles that tell about the Psychological Violence, which were published in the period 2010 to 2015. the analysis of data that will be obtained by reading the material that has been collected is given qualitatively, in order to understand in more detail the existing theoretical work, have been reported psychological consequences of domestic violence, and not only how women deal and face the situation and the possible diseases stemming this violence.

Keywords: Maria da Penha Law; violence against women; marriage; types of violence.

Lista de Tabelas

Tabela 1 Quadro sinóptico – Caracterização dos artigos conforme: Número de inclusão, base de dados e ano, título do artigo, autores, revista e Estado.....50

Tabela 2 Quadro sinóptico – Caracterização conforme: Número de inclusão, objetivo do estudo, método utilizado, análise de dados, e conclusão.55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	13
1.1 Violência contra a Mulher	16
1.1.1 Tipos de Violência	18
1.1.2 Violência Física	19
1.1.3 Violência Sexual	22
1.1.4 Violência Psicológica	15
1.1.5 Violência Patrimonial	15
1.1.6 Violência Institucional	15
1.2 Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/06	27
CAPÍTULO II –CARACTERIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO CONJUGAL	30
2.1 Tipos de Relacionamentos Conjugais: União estável, Namoro e Casamento.....	31
2.2 Os estágios da violência dentro do Relacionamento Conjugal.....	35
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO RELACIONAMENTO CONJUGAL	39
3.1 Sentimentos após a violência psicológica	39
3.2 Comprometimentos à saúde da mulher vítima de violência	40
3.3 Enfrentamento a violência: Um salto para a resiliência	40
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	46
4.1 Revisão Integrativa.....	46
4.2 Questão da Pesquisa	47
4.3 Estratégia de Pesquisa.....	47
4.4 Seleção de artigos incluídos na revisão integrativa	48
5. Análise e discussão dos Resultados.....	58
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

O presente trabalho a ser desenvolvido visa caracterizar a violência contra mulher, assim como as consequências psicológicas desta. Esta modalidade de violência é devastadora, afetando não só a vítima, mas todo o âmbito familiar.

Foi realizada uma pesquisa através de artigos, com levantamento de dados nas bases eletrônicas Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde, sobre mulheres vítimas de violência no âmbito familiar, tendo como principal objetivo averiguar quais as consequências psicológicas que a violência doméstica acarreta na vida da vítima e as possíveis possibilidades de enfrentamento da violência doméstica.

Desta forma, foi realizado um levantamento de informações e dados através de artigos publicados para buscar compreender como as mulheres enfrentam a violência doméstica. Expor a realidade dessa violência que assola muitos lares, e destrói milhares de sonhos e famílias, acarretando para a vida da vítima, medos, incertezas, inseguranças e sentimentos de incapacidade. As mulheres vítimas de violência psicológica podem vir a desencadear diversas patologias psicológicas como: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até o aparecimento de sérios problemas mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio.

Apesar de toda essa complexidade descrita, ainda existem poucas publicações que abordam o tema de acordo com os critérios utilizados para a coleta de dados, refletindo a carência de produção científica na região Centro-Oeste do país, pois ainda existem poucos trabalhos publicados que tratam a respeito da violência psicológica e das marcas que essa violência deixa na vida da mulher. Dessa forma verificou-se a necessidade de suprir essa carência, essa lacuna, contribuindo com a realização desse trabalho.

Na composição e estruturação do tema, utilizou-se uma metodologia com base na pesquisa de revisão integrativa, seguida de pesquisa bibliográfica interdisciplinar, com intuito de embasar melhor o trabalho, e garantir a fundamentação do mesmo. Sua composição se divide em cinco capítulos.

O primeiro capítulo, Caracterização da Violência Doméstica, descreve sobre os tipos de violência dos quais a mulher está submetida dentro de uma relação conjugal, sendo elas, física, sexual e psicológica. Narra também a respeito da Lei Maria da Penha, que alavancou os direitos das mulheres no que concerne à violência contra a mulher.

O segundo capítulo, Caracterização do Relacionamento Conjugal, fala a respeito dos tipos de relacionamento existentes na nossa sociedade, buscando saber como se dá a estruturação destes, assim como o ato de violência doméstica praticado nos mesmos.

No terceiro capítulo, Caracterização da Violência Psicológica no Relacionamento Conjugal, trata a respeito dos sentimentos que inundam a mulher vítima de violência, assim como as consequências desses sentimentos para a saúde da mesma e para a sua vivência no âmbito biopsicossocial.

O quarto capítulo conta com a Metodologia, descrevendo o local da pesquisa, os materiais que foram utilizados, os procedimentos utilizados, expondo quais os aspectos necessários para a realização da pesquisa. Constou ainda o material selecionado e a análise e discussão.

Por fim, serão feitas as considerações finais sobre o trabalho.

CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para um melhor entendimento com relação a violência proferida à mulher, faz-se necessário apresentar o conceito de violência, afim de melhor explicitação da fundamentação a respeito de sua caracterização.

Dessa forma Souza (1996, p. 31) conceitua a violência como:

Um fenômeno gerado nos processos sociais, que atinge o âmbito das instituições, grupos e indivíduos, sendo desigualmente distribuída, culturalmente delimitada e reveladora das contradições e das formas de dominação na sociedade.

Compreende-se que o relacionamento entre um homem e uma mulher são ultrapassados por uma relação de poder, e para que se dê veracidade a isso, é utilizada a violência. A violência pode ser entendida como o impedimento do outro de expor a sua vontade, os seus desejos. Quando a violência é vista de forma banalizada, encarada como algo totalmente natural, e não existindo nenhum tipo de questionamento no que diz respeito a uma ação violenta, as vítimas o simples e triste fato de terem que conviver com ela (Souza 1996).

Segundo Chauí (1985, p. 35) a violência se apresenta como sendo a violação ou a contravenção de leis e regras, mas é vista por dois ângulos diferentes: por um lado, a violência tem como objetivo dominar, explorar e vexar-se o outro, e por outro lado, vítima de violência é vista como uma coisa qualquer, sem valor, sem dignidade, um objeto. Dessa forma a violência é composta através da privação do direito de liberdade, de ser dono da própria vida, de ser humano.

Minayo (2009, p. 135) expressa a definição de violência como:

Um fenômeno humano, social e histórico que se traduz em atos realizados, individual ou institucionalmente, por pessoas, famílias, grupos, classes e nações, visando prejudicar, ferir, mutilar ou matar o outro, física, psicológica e até espiritualmente. No conceito de violência está incluída a idéia de omissão, que aceita e naturaliza maus tratos ao outro individual ou coletivo.

No que diz respeito a violência contra a mulher os pesquisadores e pesquisadoras tem-se utilizado da expressão “violência de gênero”. Essa violência de gênero envolve casos de homoafetividade, e por exemplo, quando dois homens entram em conflito por causa de uma mulher. Porém, sem desdenhar os inúmeros aspectos que compõe o quadro da violência, o que tem mais propagação na discussão sobre violência de gênero é a violência proferida a mulher, violência

sofrida, apenas por ser feminina, por nascer mulher, independente de raça, credo, ou classe (Minayo 2009).

A Convenção do Belém do Pará, em seu artigo 1º define a violência contra as mulheres da seguinte forma: “Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Ainda que a sociedade venha a dar estereótipos para o agressor, o taxando de grosso, ignorante, valentão, ainda assim, não existe um perfil universal. Pois um homem que diante dos olhos da sociedade parece estar acima de qualquer suspeita, pode estar, dentro do seu lar, violentando a sua esposa. Segundo Miller (1999) geralmente, o agressor possui baixa tolerância à frustração, vontade insaciável de satisfazer o ego, é emocionalmente dependente, dissimulado, com a autoestima baixa, portador de ciúmes excessivos e sem fundamentos, fazendo com que fique à espreita vigiando a parceira, assim como promete mudar e ser diferente constantemente. Essas promessas de mudar, de ser um homem melhor caracteriza a violência ciclicamente, onde é tido momentos de agressão e de carinho, e mantendo a mulher nesse tipo de relacionamento por um longo período de tempo.

Walker (1979 apud AGUIAR, 2002) afirma que esse ciclo se caracteriza por três fases que fazem parte de um relacionamento de violência. A primeira fase, é chamada de construção, começando com xingamentos e espancamentos leves, caracterizados por tapas, empurrões e puxões de cabelo. Nesse período, as vítimas se colocam na tentativa de fazer com que o agressor se acalme, tomando para si a culpa pelos erros do agressor. Tentam adquirir algum controle sobre a situação, e de uma forma, ainda que falha, mudar as atitudes deste. A segunda fase, é caracterizada por um espancamento grande, onde a mulher apanha independente de fazer algo ou não, independente de estar em casa assistindo à televisão, passando roupa, ou de ter acabado de chegar do trabalho. Nesses momentos o agressor utiliza objetos para ferir a vítima, como porretes, cinto, e outros. Na última e terceira fase, o relacionamento de violência passa por uma breve reconciliação é esboçado um amor extremo. O agressor fica dócil e gentil, tendo ele consciência do exagero dos seus atos, e cheio de arrependimento pede o perdão, prometendo nunca mais cometer nenhuma atrocidade contra a vítima.

1.1 Violência contra a Mulher

A violência perpetrada contra a mulher não é nitidamente visível, em grande parte das vezes nem chega a ser considerada como um crime perante o âmbito social, assim como no meio jurídico. Dessa forma, deixa nítido que o Poder Judiciário está inundado no que existe de mais conservador e antiquado, no que diz respeito a violência contra a mulher.

A justiça e a sociedade acabam priorizando a família, a entidade familiar. Por esse motivo, o agressor não é punido pelos seus atos mantendo-o no lar para que a família não fique desestruturada. Quem paga o preço desta decisão judicial é a mulher, juntamente com o seu corpo, e sua integridade física, psicológica e moral. Esta segundo Souza (2002) é a solução mais cruel já encontrada, pois vitimiza a mulher.

Para Langley e Levy (1980), a violência contra a mulher tem se ocultado, hora pela vergonha de ir à delegacia fazer a denúncia, hora pela falta de conhecimento concernente a informações na área jurídica, pelo descaso, por não existir políticas públicas que atendam de forma melhorada às necessidades, enfim, essa ocultação tem ocorrido por inúmeros motivos. A maioria das mulheres optam por não denunciarem, apresentando uma autoimagem fraca de si mesmas, crenças na mudança do agressor, incapacidade de se auto sustentar sozinha, por acreditar que sem os pais os filhos vão sucumbir, de que se divorciarem-se carregarão um estigma pelo resto da vida, e o medo de não arranjar um serviço pelo qual consiga o sustento.

Barros (1999) afirma que os fatores que implicam as mulheres vítimas de violência doméstica á submissão são vários. Desde pequenas as mulheres são criadas para serem donas de casa, do lar, cuidar dos filhos, cozinhar, passar e lavar. O homem deve ser o provedor, ser forte e fielmente respeitado pela sua esposa. Ainda nos dias atuais a violência doméstica contra a mulher é vista como algo que compete apenas ao casal resolver entre si, como se fosse um problema particular, íntimo, que deve ser começado e terminado no sigilo do lar, e não é encarada como um problema social. Relata que principalmente em casos de violência física, a mulher vítima, não toma nenhuma atitude seguindo conselhos de familiares no que diz respeito a escândalos, e à exposição da vida do casal.

Quando a violência ocorre mais de uma vez, a mulher é inundada por responsabilidades, como se ela tivesse feito algo para ter sido agredida, como se ela merecesse apanhar. Para a família da vítima é revoltante vê-la nessa situação, e ainda que tudo esteja muito implícito dentro do seu convívio a vítima ainda acoberta dizendo que essas atitudes fazem parte do “jeito dele de ser” e que “sem ele as coisas seriam pior”, sendo considerada pela sociedade como reprodutora de violência (Izumino 2004).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos devem ter o direito de ter a sua proteção garantida, se esta não for garantida pela família, e por seus membros, a pessoa tem esse direito garantido por lei, pelo Estado. Como se sabe isso nem sempre tem sido uma realidade. Como em muitos casos a denúncia não acontece, a mulher vítima de violência fica desprotegida por não buscar o seus direitos como cidadã.

O ambiente familiar é o lugar mais propício para o agressor maltratar a vítima, pois além de ser um local privado é muito raro haver interferências no relacionamento conjugal do casal. Se a mulher não denuncia o agressor, agrava ainda mais a situação e essa inércia leva à impunidade e proteção do agressor. Dessa forma o lar que deveria ser o local de paz, tranquilidade e segurança, torna-se um albergue, um local de intenso sofrimento, e de privação de liberdade (Giddens 1993).

1.1 .1 Tipos de Violência

Existem vários tipos de violência contra a mulher, que vai desde a violência de gênero, até a violência sexual.

A violência de gênero acontece pelo simples fato à mulher ser mulher, como citado acima. Essa violência transforma as diferenças biológicas em estigmas. A violência física se caracteriza por causar dano a integridade física da mulher, ou apenas por colocar em risco essa integridade, podendo vir a causar na vítima lesões de grande ou pequeno porte, externas, ou internas (Saffioti e Almeida 1995).

No que diz respeito a violência sexual, é caracterizado como violência, o fato

do agressor, obrigar a vítima a manter relações sexuais com terceiros ou a participar de outras relações através da força, suborno, ameaça, enfim, qualquer situação que a impeça de decidir por si própria. O Código Penal Brasileiro de 1940 (Brasil, 2009) afirma que: “A violência sexual pode acontecer através de contato físico, ameaças psicológicas, caracterizando assim o estupro, a tentativa de um estupro, sedução, atentado violento ao pudor e o ato obsceno.”

Com relação a violência psicológica caracteriza-se por controlar ou degradar as ações, atitudes, maneira de se vestir, comportamentos, da mulher por meio de ameaças, humilhação, manipulação, enfim, independente do meio utilizado é qualquer conduta que implique e coloque em risco a saúde psicológica da mulher vítima de violência (Saffioti e Almeida 1995).

A Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS (1998), em conjunto com a Organização Mundial de Saúde – OMS (2001), coloca os atos de violência física classificados da seguinte maneira: ato moderado, caracterizado por ameaças, sem ser referente ao abuso sexual, e sem o uso de armas. Envolve violência praticada na forma de ponta pés, empurrões, chutes, tapas, puxões de cabelo, beliscões, porém não é utilizado nenhum objeto no ato de ferir a vítima, como um porrete ou cinto. O ato severo é seguido de agressões físicas, que deixam marcas no corpo, utilizando-se do uso de arma e objetos perfuradores, cortantes, ou queimantes, que causam lesões de forma permanente no corpo da vítima. Ao se deparar com as diversidades de formas de violência, a violência praticada contra a mulher passou a ser uma violação dos direitos humanos, pelo fato das inúmeras vezes e da facilidade com que esse tipo de violência acontece nos dias atuais (Organização Mundial de Saúde 2001).

Finalmente a violência contra a mulher passou a ser encara como um problema de saúde pública, uma vez que a saúde das mulheres estavam se agravando por conta disso. Verificou-se que uma gama de situações, incluindo mortes por homicídios, ideações suicidas e até o ato consumado do suicídio propriamente dito, ocorreram além das doenças sexualmente transmissíveis, transmitidas para as mulheres vítimas de violência sexual. Para desarraigá-la definitivamente a violência doméstica, é preciso que haja algo além de uma medida punitiva. Para que seja possível combater esse tipo de violência, além das medidas

tomadas juridicamente punindo o agressor, deve-se estar pautada a questão da prevenção, assim como adotar medidas que oferecem a vítima e seus filhos o direito de ter uma assistência social, psicológica e jurídica, conseguindo-se recompor e desenvolver resiliência perante a situação (Souza 2009).

No que concerne à violência doméstica deve-se pensar em tratamento, e não somente em punição. Para isso faz-se necessário que se investigue as causas da violência, pesquisando e buscando criar a partir de uma equipe multidisciplinar a reestruturação dessas famílias. É de conhecimento de todos que a violência praticada contra a mulher se resulta em características individuais, que levam em consideração o ambiente, e o contexto, o que pode fazer com que a probabilidade de acontecer a violência seja maior. Das características que se enquadram nos padrões, existe uma grande variação, sendo levada em consideração, o estado civil, a personalidade, se a pessoa utiliza de drogas lícitas ou ilícitas, a situação financeira, a escolaridade, o desemprego, e também no que concerne ao papel de gênero desempenhado dentro das relações familiares (Schraiber 1999).

1.1.2 Violência Física

A violência física é caracterizada pelo uso da força, que tem a finalidade de ferir a vítima, que podem vir seguidas ou não de marcas notórias. Na violência física é muito comum o diferimento de tapas, murros, chutes, a utilização de objetos cortantes e causadores de hematomas, queimaduras por ferro, ou líquidos muito quentes. A violência contra a mulher acontece porque em nossa sociedade, existem homens que se acham no direito de submetê-las a seus “caprichos”, é uma questão de gênero que vem desde antigamente sendo reforçada, dessa forma os agressores se acham no direito de controlar a vida das vítimas (SEADE 1987).

A grande maioria dos casos de violência física, tem início com a violência psicológica, que tendem a se agravar. Os discursos proferidos pelos agressores na sua maioria começam com frases que diminuem o valor da parceira, discursos esses que acontecem devido as fortes crises de ciúmes do agressor. Quando não se faz presente um situação de co-dependência da mulher, no que diz respeito as situações de conflitos que são desencadeadas dentro do lar, a violência física pode vir seguida de ameaças como “se você contar para alguém, ou ir reclamar com a

polícia da próxima vez será pior”. Além do mais se omitem com relação ao ocorrido e as intervenções punitivas se tornam mais complicadas (Walker 2002).

Glassermam, apud Ceverny (2006, p.88) em relação as ameaças, e o caráter cíclico que estas acarretam, relata que:

O constante litígio pode ser o instrumento de manter a união, isto é, ela se mantém por meio das brigas. Criam-se comportamentos condicionados. Olhares, pequenos gestos, são suficientes para despertar esquemas de pensamento que conduzem a atos de resposta que, por sua vez, geram outras igualmente condicionadas. O ciclo não tem fim.

Adicionalmente, o consumo excessivo do álcool é um grande malefício a favor da violência física contra a mulher. A embriaguez é um estado, levando as pessoas onde muitas pessoas que bebem a se tornar muito agressivas, ocorrendo em muitas vezes de nem se recordar de tudo que fizeram durante o período em que estavam embriagadas, emanadas em crises de ódio e furor. Desta forma, além de se tornar difícil conter a violência, quase sempre por falha das autoridades, existe a banalização desta, afirmando que “essa pessoa quando não está sobre o efeito do álcool é um excelente cidadão, pessoa de bem”. Esta afirmação parte das próprias mulheres, que também afirmam que o agressor é o provedor dentro de casa e se for preso toda a família passará fome, e com isso a situação vai persistindo (Glassermam, apud Ceverny 2006).

Para Dias (2006) existem vários motivos que impedem que a primeira agressão sofrida seja denunciada: a mulher vítima de violência física pode se submeter a essa situação, por não desejar se separar do marido, ou por gostar tanto dele e não querer vê-lo preso. Desta forma ela simplesmente espera que um dia as agressões parem, e só procura alguma ajuda quando se sente impotente perante a situação, sem recursos e sem visão de mudanças por parte do agressor.

1.1.3 Violência Sexual

Azevedo e Guerra (1989, p.63) alertam que a vítima da violência sexual, da sedução ao estupro, a mulher passa a se considerar indigna e a se sentir “suja”, uma concepção que se acentua no ambiente do lar de diversas maneiras. Ao que parece, a maior liberdade no relacionamento sexual cada vez mais precoce não contribuiu tanto quanto se poderia esperar para reduzir o impacto dessa agressão à

individualidade da mulher. As consequências psicológicas do abuso sexual causam um profundo efeito sobre o psiquismo. Manifesta-se por mudanças comportamentais e levam a diversos tipos de transtornos mentais, de leves e graves.

Dentre as consequências desta modalidade de violência, a mulher pode enfrentar dificuldades de ajustamento sexual (repulsa ao contato íntimo com pessoas de outro sexo, e repulsa para praticar atos sexuais). Os transtornos psíquicos podem não aparentar relação com o fato originário, porque o psiquismo adota mecanismos psicológicos de defesa para excluir do consciente aquilo que lhe parece insuportável. As consequências, amplas nefastas, afetam o relacionamento com outras pessoas e destas com a mulher vítima de violência sexual, o prejuízo para a identidade pode ser incalculável e irrecuperável. O sentimento de repulsa, que pode incluir a própria pessoa da vítima, inibe-a de aproximar-se de outras e estabelecer relações de intimidade.

Azevedo e Guerra (1989, p.154) apontam a recusa em estabelecer relações com outros homens, a prática de relações apenas transitórias e a tendência a supersexualizar essas relações. Entre as inúmeras disfunções no campo da sexualidade, acentuam-se o medo da intimidade, a negação do relacionamento sexual, a perda da motivação sexual, e a insatisfação com a prática sexual. A frustração vem acompanhada da redução da autoestima, da comprovação de sua menos-valia e da desilusão em relação às outras pessoas.

Como a violência sexual contra a mulher dentro do relacionamento conjugal é cometido longe de outros olhares, na surdina do lar, acaba sendo um crime que é difícil de comprovar. Esse tipo de violência na maioria das vezes não deixa nenhum hematoma ou vestígios na vítima. Quanto acontece de não haver nenhum hematoma na vítima, faz necessário a presença de uma testemunha, o que dificulta ainda mais o processo de denúncia, e o que faz com que a mulher se veja impossibilitada de fazer justiça (Vasconcellos 2011).

Com relação ao que foi citado acima Guida Vasconcellos (2011, s.p) expõe que:

Assim, quando possível à realização da perícia, sua falta implica a nulidade de qualquer prova produzida em sua substituição (CPP, art. 564, III, b) e, por conseguinte, a absolvição com fundamento no art. 386, VI, do CPP. O art. 167 somente se aplica aos casos em que o exame direto já não era possível ao tempo do descobrimento do delito, em face do desaparecimento dos vestígios. Se havia a possibilidade de realizar o exame.

Com isso fica claro que não tem como abrir mão de uma prova pericial para que o crime seja de fato comprovado perante a lei. Embora no que diz respeito aos crimes de violência sexual a palavra da vítima tem um grande peso e a demora da justiça em tomar as cabíveis providências acaba fazendo com a mulher desista de dar continuidade ao processo ou se anule diante da situação. Além da exigência para que a mulher passe confiança e uma certa credibilidade, para que então seja fielmente comprovado que esta foi uma vítima de estupro, deve ser submetida a testes que comprovem a sua resistência, que se caracterizam por longas audiências, esperas demoradas em delegacias e fóruns, sem contar com as inúmeras confrontações que tem de ter com o agressor (Vasconcellos 2011).

A sociedade possui muita dificuldade em acreditar nas palavras de uma vítima de estupro principalmente se esta for maior de idade, pois está inundada pelos costumes arcaicos que estão presentes no meio cultural. Em muitos dos casos a mulher é julgada, com alegações de que a mesma possui culpa e tem uma grande contribuição no fato e após passar por esse tipo de humilhação, é dado início a análise, e o agressor julgado.

Quando o estupro é praticado dentro do relacionamento conjugal, deve ser tratado de forma ainda mais cuidadosa. Assim segundo o posicionamento de Souza (2009, s.p):

Dois pontos cruciais devem ser abordados a fim de apurar o ocorrido, sendo eles, o dolo específico do sujeito ativo e o dissenso da vítima. É inegável que na sociedade conjugal, a par do surgimento de uma nova situação jurídica – onde, atualmente, os direitos e deveres são exercidos igualmente por ambos os cônjuges (art. 226, § 5º, da CF) -, a comunhão de interesses e sentimentos, bem como a intimidade advinda da vida em comum e de uma prática sexual frequente, natural e saudável, tornam particularmente difícil a identificação do elemento subjetivo caracterizador do delito de estupro.

Dessa forma, quando a violência sexual vem do marido, complica ainda mais, uma vez que a prática de ato sexual dentro do casamento é um ato próprio do mesmo. Contudo, não é permitido utilizar-se de violência para obter esse ato. Por

existir uma certa dificuldade por parte da mulher para conseguir comprovar que foi violentada sexualmente pelo marido, a mesma deve se opor de forma severa contra o sexo forçado, para que o agressor tenha a consciência plena de que aquilo não está sendo feito de bom grado pela a sua esposa, ou convivente. Visto isso, se torna fundamental que haja resistência por parte da vítima, tanto física como moral (Souza 2009).

Embora a mulher vítima de violência sexual muitas vezes ser tratada de forma discriminatória, com isso, deixa claro que a sociedade impôs esse modelo do que é ou não aceitável no comportamento de uma mulher, onde a mesma, e principalmente a casada, de forma alguma, deve comparecer em festa desacompanhada do parceiro, ou ingerir bebidas alcoólicas, e ainda, sendo esta solteira, não pode ficar com vários homens, quando quiser, simplificando, a sociedade prega que a mulher deve ser recatada, fruto que vem de uma cultura machista e patriarcal (Souza 1996).

O casamento implica a duas pessoas direitos e deveres, mas jamais, o direito do cônjuge de dominar a mulher, como em relação ao ato sexual sem o consentimento da vítima, causado a mesma grande frustração. Contudo, o sexo não deve, e não pode acontecer como uma obrigação que deve ser cumprida porque a pessoa está casada, mais sim de forma consensual entre as duas partes onde ambas desfrutem de um momento prazeroso (GREGORI 1996).

1.1.4 Violência Psicológica

A violência psicológica praticada contra a mulher nos dias atuais tem se tornado uma questão de saúde pública, uma vez que esse ato prejudica gravemente a integridade emocional da agredida, assim como a sua segurança pessoal, que é totalmente destruída, por conta de um relacionamento pautado em idas originadas do medo e na coerção. A violência psicológica, comum nas relações familiares, profissionais e sociais, pode ser mal compreendida por observadores que não a experimentaram ou tiveram contato apenas superficial com pessoas que relataram, sem se aprofundar na compreensão da sua gravidade (Hirigoyen 2006).

Conti (2008, p. 166) afirma que a violência psicológica contra a mulher é

aquela por meio da qual a capacidade da vítima de se opor a qualquer violência reduz-se gradativamente, ao mesmo tempo em que ela se torna predisposta a outros tipos de violência. A violência psicológica é facilitada por estratégias diversas empregadas pelo agressor, tais como o uso de substâncias.

O físico prevalece, na percepção de Conti (2008), sobre o psicológico porque, muitas vezes, esta violência pode surgir de modo sutil e assumir diversas formas de expressão, com a humilhação e o autoritarismo. As características diferenciadoras da violência psicológica devem ser compreendidas para que se entenda sua importância e a extensão dos danos que pode ocasionar.

O indivíduo que desenvolve o gozo pela violência psicológica predispõe-se a aplicá-la com requintes que se aperfeiçoam ao longo do tempo, por vários motivos. Um deles é a descrença, por parte de quem não compreende o dano sofrido pela vítima, quando esta relata fatos reais. Sobre a violência, quando a mulher fala a respeito do seu sofrimento, surgirem comentários de familiares e amigos do agressor do tipo “você imagina coisas”, “ele jamais faria isso, conheço ele muito bem”, “acho que você deveria procurar um psicólogo”. A descrença reiterada leva a mulher vítima de violência psicológica a duvidar da própria dor e desenvolver sentimento de culpa (“será que sou eu quem está destruindo o nosso casamento?”), que se acentuam quando o agressor é uma pessoa muito apreciada e respeitada no círculo de relacionamentos do casal (Hirigoyen 2006).

O prazer de fazer a mulher sofrer é aumentado se o agressor percebe que a mesma não possui mais referências, e se não compreende que o que acontece é uma forma de violência. A prática da violência psicológica torna-se ainda mais prazerosa quando o agressor sabe que a dor provocada apresenta uma permanência que se prolonga muito além do alcance da flagelação física. Assim, um simples telefonema pode desencadear uma crise, a lembrança de um sarcasmo, uma ameaça, uma ridicularização pode continuar a martelar impiedosamente a mente da mulher vítima de violência psicológica, por um tempo indeterminado.

A violência dentro do relacionamento conjugal segundo Aldrighi (2006, p.202), inclui o sofrimento psicológico, como o causado pelos comportamentos de assédio moral. O assédio moral é uma modalidade de sofrimento psicológico por meio do qual o agressor provoca danos profundos a mulher vítima de violência psicológica, a

ponto de lhe desencadear doenças físicas e psíquicas graves e prejudicar lhe o desempenho no trabalho, no lazer, e no cumprimento das suas atribuições no lar.

Segundo Muszkat (2005), os lares são laboratórios onde se aprende a violência. A importância do assédio moral começa a ser compreendida pela sociedade e torna-se evidente a relação entre o assédio moral na família e no trabalho. A grande maioria dos casos de violência física tem início com a violência psicológica, que tendem a se agravar, e os discursos proferidos pelos agressores geralmente começam com frases que diminuem o valor da parceira, discursos esses que acontecem devido as fortes crises de ciúmes do agressor.

Um comentário humilhante feito pelo parceiro já é o suficiente para que a autoestima e a percepção de amor próprio e de valor seja fortemente abalada, fazendo com que a vontade de viver da parceira diminua a cada dia, transformando-a em uma pessoa emocionalmente dependente e sem forças para perceber que existe uma realidade melhor fora desse relacionamento, pois passa a acreditar que realmente não merece ser feliz, fazendo-se crer que se sujeitar a essa situação ainda que a mate um pouco a cada dia seja a sua melhor opção (Muszkat 2005).

1.1.5 Violência Patrimonial

Maria Berenice Dias (2007) caracteriza a violência patrimonial como toda e qualquer ação que se dê na retenção, diminuição, destruição de objetos, assim como materiais de trabalho, documentos pessoais, direitos financeiros, bens e valores. Nas varas de família, em especial quando diz respeito a divórcio com partilha de bens e alimentos, são massivos os crimes praticados contra a mulher e que em muitas vezes passa despercebido pelos advogados. Dessa forma, o crime mais ocorrente nesse caso nas varas de família é a violência patrimonial.

A destruição de bens e de objetos pessoais ou a retenção destes sem o consentimento da vítima, nos casos de separação consumada, o agressor tenta coagir a mesma no intuito que ela retome a convivência conjugal. Entretanto, a violência patrimonial não se restringe apenas a isso. Até na hora da partilha dos bens o agressor estando na posse dos bens adquiridos durante o casamento por esforço de ambos, negue a mulher a sua parte, tomando para si aquilo que seria

de ambos. A atitude do agressor que recebe integral o aluguel do imóvel que pertence a ambos, por exemplo, também equivale na retenção ou apropriação de bens ou recursos (Delgado 2014).

Outra conduta que pode se dar em violência patrimonial, é o furto do salário da pensão alimentícia, justamente porque é algo que supre as necessidades vitais da mulher. O agressor que se negar a pagar a pensão, mesmo tendo o dinheiro para tal, esta se apropriando ou segurando aquilo que é de pertence e direito da mulher. É dever da mulher, ou do Juiz, sempre que perceber esse tipo de violência entrar em contato com o Ministério Público, onde consta no art. 40 do CPP – Código de Processo Penal, os artigos 16 e 25 da lei 11.340/06 para que se dê a instauração da ação penal. Essa violação patrimonial tem a mesma característica dos outros crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal, devendo ser tratada dessa forma (Delgado 2014).

Além de consequências penais, é previsto para a mulher medidas que garantem a proteção do patrimônio da mulher, independente de ser no que concerne a proteção dos bens adquiridos durante o casamento, como os bens individual/particular. Esses bens poderão ser vistos em caráter liminar pelo juiz, assim sendo:

- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida (Art. 24 da Lei Maria da Penha n. 11.340/2006).

Essas medidas, encontradas no art. 24 da Lei Maria da Penha, não é completo, estando o Juiz no direito de se quiser, determinar outras medidas concernentes à proteção patrimonial da mulher. É de entendimento de todos que a aplicabilidade da Lei Maria da Penha de forma mais ríspida, no que visa a proteção patrimonial da mulher, enfrentará inúmeras resistências, mas não se pode perder a esperança de vencê-las (Delgado 2014).

O judiciário está sempre mudando. Muda na mesma proporção em que se alteram os valores sociais. Quando os valores mudam o direito é alterado. Essa

mudança se da muitas vezes não por causa do legislador, mas do hermeneuta. Carlos Maximiliano, um ícone da hermenêutica tradicionalista recorda que: "mostrando sempre o puro interesse de cumprir as disposições escritas, mudas-lhes insensivelmente a essência, às vezes até malgrado seu, isto é, sem o desejar; e assim exerce, em certa medida, função criadora: comunica espírito novo à lei..." (Hermenêutica e aplicação do Direito 1992).

1.1.6 Violência Institucional

Duas jovens e uma senhora foram acusadas de furtar uma loja no centro da cidade. Na audiência o Juiz pede que entre uma de cada vez. A primeira jovem esta com a jaqueta rasgada. No decorrer da audiência o Juiz indaga a jovem se houve alguma irregularidade na sua prisão e a moça responde que teve a sua jaqueta rasgada pelo policial dentro na prisão e que o mesmo a ameaçou relatando que, caso não assinasse o boletim de ocorrência iriam "arregassar a sua buceta" como fizeram com a jaqueta. Posteriormente com um olhar de ironia o Juiz questionou "mas isso é agressão?" (Jesus e Gomes 2015).

A violência institucional é um fenômeno bastante complexo. A forma como a jovem foi tratada pelo policial, além de ter sido de forma violenta, mostra como a violência esta presente no cotidiano policial. A tortura e o abuso de autoridade, são apenas a ponta do iceberg, de praticas cruéis que estão ligadas à atuação de autoridades policiais, que usam dessas atitudes violentas no momento de prender os suspeitos, em espaços institucionalizados, como por exemplo, delegacias, viaturas, e prisões com interesses diversos (Lemgruber 1999).

Não é de hoje que as autoridades policiais atuam de maneira diversificada quando as vítimas são mulheres. No período da ditadura civil militar as mulheres pagavam pelos seus delitos de forma igual e diversas dos homens, apenas por ser mulher. Sendo assim, ser mulher é uma parte estimulante através da possível ou da real pratica da violência, por aqueles que praticam a tortura (Maia 2006).

Um corte na jaqueta e um corte na genitália atinge a mulher sem que seja necessário "as vias de fato". Os relatos da mulheres para o Juiz não o surpreendeu. Pesquisas relatam que a palavra da vítima não tem o mesmo peso diante da palavra

das forças policiais. No caso da vítima, quando se é mulher ocupando o último lugar na posição de interesse da justiça criminal os atores jurídicos não só menosprezam a sua fala, mas parecem se fazer de surdos diante delas, acometendo o processo de revitimização. Quando as mulheres são presas parecem não transgredir apenas a lei, mas tudo aquilo que se espera delas, como por exemplo, que sejam passivas, submissas, maternais dentre outras. Dessa forma ficam implicadas as mulheres não apenas a sanção penal, mas também a social (Calderoni e Jesus 2015).

A inexistência de dados de violência institucional contra mulheres, não representa a inexistência da violência, pode significar certo descaso com relação a esse problema, assim como o desinteresse de apuração dos casos. Da violência ao descaso das autoridades, da inexistência ao julgamento moral, as mulheres passam pelo sistema de justiça criminal abarrotadas das mais diversas formas de violência (Merlino 2010).

1.2 Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/06

Diferente de dezessete países da América Latina, o Brasil não tinha até recentemente uma lei específica para os casos de violência doméstica contra a mulher. Contudo, o Poder Executivo, por meio do Decreto nº5.030, de 31 de março de 2004, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, visando a elaboração de propostas de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência contra a mulher (Gagliano 2011).

O caso Maria da Penha Maia Fernandes foi emblemático, e inaugurou a aplicação da Convenção do Belém do Pará no Sistema Interamericano. Com base nos artigos 44 e 46 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no artigo 12 da Convenção do Belém do Pará, o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional e o Comitê Latino Americano de Defesa dos direitos das Mulheres, apresentaram denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 20 de agosto de 1998 (Brasil 2006).

Maria da Penha foi uma farmacêutica, mãe de três filhos, foi acometida com um tiro nas costas dentro do lar pelo seu ex-marido que lhe batia constantemente. Esse ato do agressor a deixou paraplégica. Entretanto, as agressões não pararam.

Após retornar para a casa depois de meses no hospital passando por inúmeras cirurgias, Maria da Penha quase foi eletrocutada pelo ex-marido, se não fosse por ter gritado a babá das filhas no momento do acontecido. Após várias tentativas de assassinato pelo marido, Maria da Penha começou a batalha contra a impunidade do seu agressor, porém as portas se fechou para ela, mesmo tendo o ex-marido como o único suspeito das agressões. Um ano depois o seu agressor é detido e logo após é liberado, alegando ser inocente. Só no ano de 1991 o seu agressor é julgado e condenado a 15 anos de prisão, entretanto, ainda sim seu julgamento é anulado (Maria da Penha: Da dor à lei 2013).

Após a anulação do julgamento, Marcos Heredia ex-marido de Maria da Penha parte para seu segundo julgamento, onde é condenado a dez anos e seis meses de reclusão, tendo o direito de responder em liberdade. Nesse tempo Maria da Penha continua na luta contra seu agressor. Escreve o livro, Sobrevivi.. posso contar, e através desse livro ganha aliados de grupos feministas e de direitos humanos, e em agosto de 1998 sua denuncia chega à Organização dos Estados Americanos. Dezenove anos e cinco meses depois Heredia é preso, cumprindo menos de 1/3 da pena em regime fechado, e hoje se encontra em liberdade condicional (Maria da Penha: Da dor à lei 2013).

A lei Maria da Penha nº 11.340/2006 pretende atender recomendações internacionais, objetivando resposta global e articulada contra a violência doméstica e familiar que se exerce sobre a mulher. Sob a perspectiva de gênero, busca uma solução integral e multidisciplinar para o problema, inclusive com medidas de sensibilização e intervenção no âmbito educativo, bem como na devida capacitação dos operadores do Direito e de outras áreas, sempre em busca do reforço ao respeito à igualdade e dignidade da mulher. Nesse sentido, também abarca previsões e mudanças em normas materiais e processuais. Apoia-se a vítima no reconhecimento de direitos como a informação, a assistência jurídica, o apoio econômico e medidas protetivas de urgência. O objetivo da lei é implantar mecanismos que visem coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Para que isso se concretize, busca respaldo na Constituição Federal, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, dispondo também sobre a criação dos Juizados De Violência Doméstica e Familiar (Brasil 2006).

Sabe-se que embora tenha esse como objetivo a ser alcançado, está longe de ser realmente da forma que se sonha, é necessária efetivação dessas leis por parte do Estado, e dar a devida punição aqueles que cometem o ato de violência. A esse respeito Bezerra (2008) complementa:

No mais, é importante enfatizar que aqui não se reivindica o tolhimento da liberdade, nem a volta à censura, mas sim a efetivação dos direitos das mulheres, que temporal e espacialmente, têm ficado à margem dos processos da vida pública e violentadas no mundo privado. Se com a sua emancipação, se deu e está se dando cada vez mais também sua inserção no mundo público e por outro lado, também as violências ficam mais visíveis, é importante enfatizar a importância e necessidade de medidas efetivas contra quem protagoniza tais agressões inclusive se estas venham em forma de cartazes de shows, propagandas de cerveja e/ou de músicas como a que a foi citada acima e tantas incontáveis outras. O tempo para transformações é hoje, é agora. Não dá para fingir que não ouvimos quando ouvimos, não dá para fechar os olhos quando vemos, não dá para calar quando sentimos. A vida é agora, a efetivação do direito das mulheres é para ontem.

Leis que garantem respaldo, não faltam, luta e busca de direitos por parte da sociedade civil, muito menos. Se essas leis existem para serem assegurados os direitos das vítimas de violência, deve-se recorrer aos órgãos competentes para que tomem as devidas providências, efetivando a cidadania das mulheres, independentemente da situação, do espaço, mais nunca independentemente de qualquer tempo, pois a hora é agora (Bezerra 2008).

CAPÍTULO II –CARACTERIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO CONJUGAL.

A conjugalidade nos dias de hoje, pode ser compreendida, como um vínculo que é construído por ambos os cônjuges, que constituem um relacionamento e que tem objetivos de vida em comum. A construção de um vínculo nos dias de hoje, não busca necessariamente um valor econômico, ou um interesse em específico, a relação entre os cônjuges se baseia na busca de uma completude do ser, uma realização profunda como ser humano. Esse vínculo, a priori, é visto como uma necessidade que as pessoas possuem de amar e de ser amados (Giddens 1993).

O casal possui vários desejos e potencialidades a serem reveladas. Possuem na conjugalidade também desejos individuais, que em muitos momentos não são priorizados dentro da relação. Pensa-se até que ponto o casal ou um dos cônjuges impõe essa restrição de não realizar os desejos em prol do projeto de vida em comum, ou como uma limitação do “eu” (Alberoni 2004).

Torres (2000) coloca em pauta algumas dimensões que caracterizam a conjugalidade. As dimensões buscam não só o vínculo como uma motivação pessoal dentro do relacionamento e a sua interferência na vida da pessoa, mas também busca-se o seu valor cultural e social.

Para Torres (2000, p. 135), a conjugalidade se dá da seguinte forma:

Ocorre num dado momento do percurso pessoal de um significativo conjunto de indivíduos, percurso esse social, e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com as condições de existência e com o gênero.

Nessa primeira dimensão a autora, enfatiza a questão dos vínculos conjugais, como unidades sexuais, psíquicas e sociais, dentro do contexto de gênero. Na segunda dimensão a autora acredita que a conjugalidade tenha um papel no que concerne a construção da identidade e de sentido na vida do cônjuge. Através do outro, obtém-se uma certa recompensa e gratificação pessoal. A convivência com outra pessoa modifica e constrói a forma em que se vê o mundo e angaria valores para a identidade pessoal do ser. A terceira dimensão que traz a definição da conjugalidade, coloca em pauta a afetividade. Essa afetividade inclui o sentimento de amor e a sexualidade. Esses aspectos possuem grande valor dentro dos relacionamentos, mas a paternidade e a maternidade possuem uma grande

significância na vida a dois. A quarta dimensão remete a questão do vínculo conjugal na produção da realidade. Um relacionamento inclui não só a afetividade mas também, as despesas, os filhos, a partilha de recursos financeiros, dentre outros. A quinta dimensão segundo a autora, diz respeito a conjugalidade dentro de uma realidade social e histórica. As ideias, valores, e normativas a respeito da conjugalidade dependem da época e do tempo em que se situam, pois o conceito sobre casamento vem sofrendo alterações constantes, assim como quais são os valores que o permeia (Torres 2000).

Bauman (2001, 2004) caracteriza a era dos relacionamentos contemporâneos como a era do narcisismo, na qual a fragilidade dos laços amorosos são gritantes, tendo como motivo maior a autovalorização do indivíduo. Tudo tem sido muito descartável nos relacionamentos contemporâneos, as pessoas não fazem mais questão de continuar em um relacionamento onde não prevalecem as suas vontades, muitos dos casais atuais se casam com o pensamento de que se não der certo, existe a possibilidade do divórcio.

2.1 Tipos de Relacionamentos Conjugais: União estável, namoro e casamento

A união estável, nos dias atuais é considerada um núcleo familiar que a tempos foi reconhecido por lei na Constituição Federal. Para esse tipo de união são aplicadas várias regras. As pessoas acreditam que a união estável se caracteriza a partir do momento em que duas pessoas coabitam a mesma casa, sobre o mesmo teto. Entretanto esse tipo de união acontece através de vários requisitos que constam na legislação. Dessa forma, a união estável se dá pela relação de afeto entre duas pessoas, que possuem uma certa durabilidade de tempo, publicamente falando e que se tenha o objetivo de constituir uma família. Nos dias de hoje é muito grande a quantidade de casais que optam por esse tipo de união, de vínculo familiar, por ser um relacionamento que possui grande facilidade, por ser prático, e não exigir muita formalidade (Gagliano 2011).

Plablo Stolze (2011) relata que a união estável possui alguns elementos que caracterizam a mesma, um deles é a convivência pública, onde o casal são vistos juntos em diversos lugares, demonstrando afeto um pelo outro, e residindo na mesma casa. O autor relata também que para caracterizar uma união estável é

necessário que ambos tenha uma convivência contínua, com o objetivo de constituir uma família. Deve-se ter uma certa estabilidade, que é também um dos requisitos para configurar a união estável, ou seja, o casal deve ter uma convivência duradoura, sem cogitar a possibilidade de separação.

O namoro, é caracterizado pelo estabelecimento de uma promessa, que traz junto consigo o respeito mútuo e a confiança. É dentro do namoro que um projeto em comum começa a tomar forma, trazendo uma negociação constante dos projetos e das vontades de cada um. Quando se entra em um relacionamento tende-se a viver todas as responsabilidades e compromissos que nele estão implicadas. A existência de um sentimento forte por alguém traz consigo a possibilidade e a disponibilidade de encara e viver a realidade de outra pessoa. Deve-se ter em mente que fazer parte do mundo de outra pessoa não inclui anular o próprio mundo, anular suas vontades e sonhos (Alberoni 2004).

Segundo Alberoni (2004, p.12), o relacionamento de namoro entre duas pessoas gera um mundo particular e esse mundo exerce de forma magnânima no universo individual de cada um, a esse respeito pontua que:

O namoro se instala quando o sujeito está preparado para a mudança e, através do amor começa, entusiasmado, uma nova vida, e reconstrói junto com seu amado ou amada, o seu próprio mundo social. O namoro é um modo de transformação, de crescimento, uma maneira de avançar rumo ao futuro.

Alberoni coloca que o namoro é o processo onde duas pessoas deixam a mostra as suas intimidades para o outro, onde através disso buscam se conhecer melhor e então formar um casal de namorados, ao tempo em que se dá a reciprocidade. Segundo o autor o relacionamento acontece através do “estado nascente” que é definido como:

O estado nascente do namoro é por conseguinte, o processo em que se quebra a estrutura que nos aprisionava, e se inicia uma nova vida na qual, abertos, entusiasmados, e cheios de energia com a outra pessoa, supera suas limitações, criando com ela uma nova identidade social, uma nova comunidade: O casal apaixonado (p. 24).

As duas pessoas envolvidas no namoro devem-se mostrar um ao outro para que o relacionamento de fato se estabeleça. O estado nascente é de certa forma, uma possibilidade de transformação, possibilitando gerar uma mudança profunda no comportamento quando o sentimento é instaurado. Porém quando duas pessoas

que começam um namoro possuem planos incompatíveis, acabam entrando em um certo conflito, e a possibilidade de ficarem juntos acaba se esvaindo, pois percebem que não mais seria possível levar a frente o relacionamento. Uma outra questão que implica no término de um namoro é o ciúme, uma vez que os relacionamentos contemporâneos não possuem mais aquele status de eternidade, e o medo de perder a pessoa que ama vai se tornando um peso, o que leva ao fim do relacionamento (Alberoni 2004).

Giddens (1993, p.162) coloca que a fidelidade é uma questão de compromisso e confiança, e não algo absoluto. A esse respeito o autor narra que:

Em um mundo de sexualidade plástica e de relacionamentos puros, a monogamia tem de ser reelaborada no contexto do compromisso e da confiança. A monogamia não se refere ao relacionamento em si, mas a exclusividade sexual como um critério de confiança; a fidelidade não tem significado, exceto como um aspecto daquela integridade presumida na confiança no outro.

É justamente nessa relação pautada na confiança mútua que a monogamia se conforma como uma condição estabelecida para que se tenha um relacionamento duradouro e mais profundo. Enfim, as relações amorosas vão se estabelecendo gradualmente, e é nesse processo que os planos em comum vão tomando forma. A experiência de um relacionamento amoroso passa por diversas fases, e isso implica os diferentes contextos familiares, e vários arranjos que são estabelecidos internamente, determinando como as coisas acontecem, dentro do prazo de cada casal (Giddens 1993).

O casamento, nos dias atuais é visto como algo que precisa durar para sempre, uma obrigação imposta pela sociedade, é visto como uma aposta na felicidade partilhada pelos cônjuges. Essa relação se desenvolve de acordo com cada casal, como relata Bozon (2004, p. 47-48):

As mudanças conjugais contemporâneas nos países ocidentais traduzem a passagem de uma definição antiga do casamento para uma definição interna e amplamente subjetiva do casal. Durante as últimas décadas do século XX, o ideal do casamento por amor se tem dissolvido, progressivamente, pelo juntos por amor. O que distingue o casal contemporâneo não é apenas a referência ao sentimento amoroso, mais também a importância crescente que nele possam ocupar, frente a um domínio conjugal em relativo declínio, os domínios e interesses individuais dos cônjuges, além do inédito papel assumido pela sexualidade para construir e, depois, manter a relação conjugal.

Quando a relação amorosa não é vista como uma obrigação, o casamento se torna mais prazeroso, leve e maduro. Com um amor voltado para a realidade, os casamentos saem do “felizes para sempre”, trazendo aos casais a noção de que dentro do relacionamento haverá momentos bons e momentos ruins, períodos mais fáceis e mais difíceis. Desta forma o casamento atualmente é visto como uma convivência que como dito anteriormente é baseada no amor. Amor esse que envolve responsabilidades cotidianas, no qual os sentimentos de carinho são vividos de forma mais realista num contexto mais íntimo, porém mais real também. O casamento já não é mais só um evento social para a sociedade, mais sim um arranjo feito pelo casal (Torres 2000).

Caracterizado pela divisão das tarefas do dia a dia, e pela vivência compartilhada diariamente, o casamento também enfrenta momentos complicados que são gerados por inúmeros fatores. As questões mais pautadas atualmente são voltadas as questões econômicas, levando o casal a trabalhar muito e isso acarreta na falta de tempo de ambos pra se dedicarem um ao outro, porém para que se possa viver de forma saudável os casais procuram arrumar estratégias para viver o relacionamento da melhor forma possível e minimizar essas dificuldades (Torres 2000).

A mulher atualmente está mais inserida no mercado de trabalho do que nunca e isso faz com que gere uma certa ansiedade dentro da relação, pois há tempos atrás a mulher era a responsável pelo lar e por zelá-lo. A atualidade tem se caracterizado pela velocidade e pela falta de tempo, porém as mulheres nos tempos livres que lhes restam procuram manter uma convivência serena e tranquila. Deve-se ter em mente que a vivência apenas do amor, não é garantia para uma vida tranquila, sem conflitos e ausências (Torres 2000).

A vivência com uma pessoa que possui afazeres diferentes, ritmos de vida diferentes, pode ser complicados, mesmo que exista amor de ambas as partes. Vivenciar a intimidade deve andar lado a lado com a individualidade e a autonomia, e a esse respeito Bozon (2004, p. 57) relata que:

O valor da reciprocidade entre parceiros assumiu uma grande importância como princípio da sexualidade conjugal, mas essa norma funciona atrelada a um valor de autonomia individual que determina uma espécie de injeção dupla.

Desse modo novas maneiras de viver em um mesmo lar estão sendo criadas pelos cônjuges com o objetivo de evitarem atritos e terem um relacionamento mais duradouro, como por exemplo, ter os closets separados, banheiros separados, na intenção de fazer com que as discussões por esses motivos não aconteçam. Mesmo com tantas adversidades e incertezas que rodeiam o casamento, este ainda é o sonho de muitas pessoas que desejam encontrar um grande amor, ou para aqueles que já acharam (Bozon 2004).

2.2 Os estágios da violência dentro do relacionamento conjugal

Dentro dos estágios que caracterizam a violência dentro do relacionamento conjugal, tem-se o estabelecimento do ciclo de violência, o período que sucede a reconciliação e o rompimento do relacionamento. No início tem-se a escolha do parceiro, isso envolve as crenças que a mulher possui com relação a si mesma, a respeito de relacionamentos e a respeito de família. Isso tudo favorece a aproximação das mulheres de homens, ainda que estes possuam características violentas (Aldrighi 2006).

Diante dos primeiros sinais de agressão psicológica como gritos, ameaças, xingamentos, ciúme exagerando etc., uma mulher que possui uma boa autoestima, provavelmente vai perceber essas atitudes e vai romper com o relacionamento. Porém, uma mulher que possui crenças disfuncionais, tem a sua autoestima prejudicada e tende a idealizar muito o parceiro com quem está, apresentando grande chance de ser vítima de violência no relacionamento (Aldrighi 2006).

A cultura também implica em uma relação muito forte com a questão da violência dentro do relacionamento. Uma cultura que possui uma crença forte embasada no machismo, leva à adesão da mulher a estas crenças favorecendo a entrada da vítima em uma relação com uma pessoa dominadora. A permanência da mulher dentro de um relacionamento violento caracteriza o segundo estágio, que faz junção com as três dimensões cognitiva, cultural e relacional. A junção dessas três dimensões é caracterizada pelo ciclo de violência escrito por Walker (1979) e anteriormente citado no corpo deste trabalho. Nesse momento as características tanto do homem como da mulher e da relação, se inter-relacionam. É colocado em

pauta os ganhos e perdas da mulher em permanecer em um relacionamento violento (Walker 1979).

A situação de violência por parte do agressor, se dá na tentativa de restaurar aquele poder que anteriormente foi perdido por algum motivo, ou que nem se chegou a ter, ou simplesmente para confirmar e afirmar a sua identidade enquanto sujeito. Ainda que exista a questão da mulher ser de certa forma ser mais fraca fisicamente que o homem, e mais frágil, a mulher não se encontra totalmente passiva dentro de um relacionamento violento. Dentro das suas possibilidades as mulheres tentam se defender de alguma forma das violências que lhes são imbricadas, seja através de ameaças de denunciar o parceiro, através de xingamentos, ou até mesmo com tapas e chutes similares aos do agressor (Gregori 1993).

Segundo Gregori (1993) a denúncia feita pela mulher não caracteriza o fim da relação com o mesmo, e nem tem como objetivo puní-lo. A intenção da mulher ao realizar a denúncia é de esperança de que o modo do agressor se relacionar com ela mude e esse relacionamento seja de alguma forma restaurado. A queixa perpetrada pela mulher é mais uma forma de retomar a ordem dentro do relacionamento conjugal *a priori*, do que visar a punição do agressor pelos seus atos violentos.

No entendimento de autores como Seade (1987) e Azevedo (1985) as mulheres retornam alguns dias depois a delegacia para retirarem a queixa que fizeram alegando que seus parceiros não apresentaram mais aqueles tipo de comportamento e que as pazes entre ambos já havia sido feita. De certa forma a retirada da queixa para a vítima seria uma forma de voltar a ter a reciprocidade de respeito, carinho e amor, que foi rompida dentro do relacionamento conjugal.

Segundo Schraiber e d'Oliveira (1999) existem várias explicações que caracterizam o motivo pelo qual muitas mulheres nem chegam a fazer a denúncia. A delegacia é um dos últimos lugares a que as mulheres recorrem para denunciar a violência que estão sofrendo. Várias mulheres que se encontravam em situação de violência dentro do relacionamento conjugal, já pensaram em diversas formas e em tomar diversas decisões, no que concerne ao rompimento da violência.

Muitas mulheres tem medo de sofrer represálias, temem pela vida de seus filhos, dependem financeiramente do parceiro, ou não tem o apoio da família e amigos. Além do mais, se preocupam com o que a sociedade vai pensar a respeito da situação em que ela se encontra dentro do seu relacionamento, ou devido a ser uma mulher “separada” dentro da sociedade. Essas questões são de funcionalidade comportamental, ou seja, existem maiores ganhos em se manter dentro de uma relação de violência do que em se separar. Uma questão de disfunção cognitiva seria pensar incansavelmente em que o parceiro pode vir a mudar (Bezerra 2009).

O relacionamento violento é um ciclo ambivalente que se retroalimenta, uma vez que sofrer agressões do parceiro e optar em continuar no relacionamento são duas coisas contraditórias, que não fazem sentido. Para justificar essa contradição em que a mulher se encontra, acaba buscando meios, que na sua concepção, são plausíveis para continuar o relacionamento (Bezerra 2009).

Para caracterizar o terceiro estágio, o do rompimento, Oliveira e Carvalho (2005) afirmam que, nem sempre a agressão propriamente dita é suficiente. É preciso que sua disfuncionalidade cognitiva seja abalada para que isso aconteça, isto pode ocorrer pelo fortalecimento da mulher por exemplo, ou pela diminuição do comportamento violento. Um exemplo de um momento em que a perda da funcionalidade comportamental ocorre é quando o agressor começa a agredir os filhos. É nesse tipo de situação em que a vítima resolve denunciar o parceiro agressor.

Segundo Izumino (2004), o motivo que leva a mulher a denunciar o agressor, não foi a agressão em si e sim outros fatores, como por exemplo: privá-la de uma quantia financeira, a descoberta de que estava sendo traída, a falta de conforto para os filhos ou alguma ameaça dirigida à eles. A cultura da atualidade tem despertando nos indivíduos uma conscientização contra a violência, se diferindo de algumas décadas atrás, nas quais o direito do homem sobre a mulher era inquestionável. A questão do conceito de violência contra a mulher, vem sendo embasado pelo senso comum, que faz com que a queixa realizada pela mulher seja mais facilmente aceita do que em tempos antigos, o que só ocorria em casos extremos.

A mulher vítima de violência dentro do relacionamento conjugal busca justificar o tempo todo o comportamento agressivo do parceiro, afirmando que este

comportamento não tem nada a ver com as características que ele possui, com o seu jeito agressivo de ser, mais sim que foi uma atitude tomada em prol das circunstâncias. Além disso existem os fatores que são os mantenedores da mulher dentro da relação, como o medo de ser morta por ele, ou porque é o que sustenta o lar, pensa no bem estar dos filhos, e tem medo de não ter o apoio de familiares e da sociedade no que concerne a separação do parceiro (Ceverny 2006).

Acredita-se que o último estágio ocorre quando a mulher resolve sair do relacionamento violento, quando existe algo que a faça acordar para aquilo que está acontecendo, como citado acima pelos autores. Sendo assim, com uma mudança súbita do parceiro, ela sente uma perda maior em estar rompendo o relacionamento do que em estar mantendo este relacionamento, ou seja, haveria mais perdas do que ganhos. Com relação a perdas e ganhos também pode acontecer da seguinte maneira, a mulher perceber que existe um apoio social para ela se separar do parceiro agressor e dessa forma perceber que seja mais positivo abandonar a relação. Sendo assim, a mulher faz uma avaliação da sua relação, percebe que é melhor viver sem o parceiro do que com ele, que tem condições financeiras de se sustentar a si e aos filhos, que possui certa capacidade de resiliência, seja por conta do apoio da família, dos amigos, de órgãos estatais, etc (Chauí 1985).

O ciclo da violência pode durar anos numa dinâmica que permeia essas três dimensões. Entretanto, essa dinâmica pode ser de certa forma rompida devido a fatores como: diminuição significativa de ganhos percebidos ou surgimento de um certo apoio social para que se dê o rompimento deste (Bezerra 2009).

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO RELACIONAMENTO CONJUGAL

Segundo Miller (1999) a violência psicológica retrata a forma mais cruel de violência perpetrada pelo agressor, por ser uma violência que fere a integridade da mulher, que mata aos poucos de dentro para fora, que faz com que a vítima se sinta incapaz, e não reconheça o seu valor diante da vida, tirando de si toda a vivacidade e alegria. As ameaças que caracterizam a violência psicológica, assim como os xingamentos, trás à tona na mulher um sentimento de inferioridade, de incapacidade de medo, e de grande temor à morte. As mulheres vítimas de violência se veem diante de uma realidade cruel e devastadora, para o físico e para o íntimo. O medo é o pior inimigo, os meios de violência psicológica mais utilizados são o cativoiro, o isolamento e a propaganda.

De acordo com Hirigoyen (2006, p.31-32) para que a violência seja válida o agressor tem que fazê-la durar:

Para que a violência possa perdurar é necessário isolar a mulher de sua família, amigos, impedi-la de trabalhar e de ter uma vida social. Isolando sua mulher o homem faz com que sua vida fique voltada unicamente para si. Ele precisa que ela se ocupe dele, que só pense nele. Age de modo a que ela não seja demasiadamente independente, para que não escape a seu controle. As mulheres dizem muitas vezes que se sentem prisioneiras.

A propaganda é um dos meio que mais é utilizado pelo agressor para ferir psicologicamente a vítima, utilizando de xingamentos verbalizando que a vítima é burra, não faz nada direito, e a ofende das mais inimagináveis formas possíveis, levando a mulher a crer que realmente é tudo isso e que não tem valia alguma (Hirigoyen 2006).

3.1 Sentimentos após a violência psicológica

Muitos dos gestos de agressão psicológica são tão sutis, e encharcados por um meio social violento, que se tornam naturais. As mulheres muitas das vezes nem percebem a agressão psicológica sofrida. Quando as agressões vão se tornando frequentes a vítima passa a creditar que tudo é normal e faz parte de todos os relacionamentos, ou que ela é quem não está dando o melhor de si, desempenhando de forma correta o seu papel de esposa (Gregori 1993).

Hirigoyen (2006) relata que a lavagem cerebral é uma das estratégias utilizadas pelo agressor para que a mulher permaneça no relacionamento. Essa lavagem cerebral é uma das formas mais cruéis de manipulação, que faz da mulher uma “escrava”, isolando-a do mundo externo, privando-a de tudo e de todos para que se sinta fragilizada psicologicamente.

Após a violência psicológica a vítima experimenta sentimento de culpa, por acreditar que as explosões do marido são causadas pela mesma, por não estar conseguindo fazê-lo feliz. Mesmo que as pessoas que estão fora do relacionamento tentam fazê-la enxergar de que está sendo vítima de violência psicológica, a vítima insiste em afirmar que a culpa é sua, que não faz nada direito, que não sabe realizar as fantasias do marido e que não é inteligente o suficiente para ter uma conversa com ele. O tratamento realizado com uma mulher vítima de violência psicológica, exige muita paciência tanto da vítima como de todos os demais envolvidos, uma vez que não é do dia para a noite que a vítima consegue se livrar das cicatrizes que estão marcadas no mais íntimo do seu ser (Azevedo 1995).

Essas mulheres precisam reaprender a viver, reaprender a amar novamente. Perderam a sua identidade, por isso precisam redescobri-la. São vítimas sim, e precisam de todo o apoio necessário, para dissipar de seus corações o medo e a insegurança depositada pelos agressores. Deve dar apoio a essas mulheres, elevando a sua autoconfiança e autoestima, afirmando que podem sim, se relacionar novamente com outras pessoas, em um relacionamento pautado no afeto e no respeito mútuo (Hirigoyen 2006).

3.2 Comprometimentos à saúde da mulher vítima de violência

A Organização Mundial de Saúde (OMS) tem a violência doméstica contra a mulher como um problema de saúde pública, uma vez que o físico e o emocional da mulher são totalmente afetados. De acordo com Grossi (1996), estas consequências as deixam inseguras, sente-se envolta em um ciclo de idas e vindas sem fim.

Segundo Kashani e Allan (1998), os vários tipos de violência que a mulher é sujeitada podem acarretar gigantescos prejuízos no desenvolvimento, tanto físico, psicológico, motor, cognitivo, social, ou afetivo. As vítimas de violência que sofrem

de doenças psicológicas apresentam insônia e quando dormem tendem a ter muitos pesadelos, principalmente com o cônjuge agressor. Perdem a concentração, assim como o apetite, se irritam facilmente, contudo ainda podem vir a desencadear síndrome do pânico, transtorno de estresse pós-traumático, e comportamentos autodestrutivos como o uso de drogas e álcool, em alguns casos com tentativa de suicídio. A violência psicológica degrada a saúde mental da mulher, uma vez que a deixa em dúvida sobre a sua capacidade de realizar as coisas sozinha, sobre a sua capacidade de ser independente. Diante disso a vítima pode vir a apresentar dificuldades para se comunicar com as pessoas, pode se sentir incapaz para realizar certas tarefas e para se empenhar em algo, além de ter muita insegurança no que concerne praticamente tudo que realiza.

Segundo Brasil (2001) as ocorrências de alterações psíquicas são decorrentes do trauma sofrido pelo ciclo de agressão, como o estado de choque que a vítima se encontra após ser agredida, estado este que pode permanecer por horas ou dias. Para que consiga viver nessa realidade dura e cruel a vítima precisa deixar de lado seus sentimentos, e as suas vontades, vendo-se como incapaz e inútil, com a autoestima no buraco, e perdendo totalmente o amor próprio e seu valor.

3.3 Enfrentando a violência: Um salto para a Resiliência

Segundo Saffioni e Almeida (1995) o não rompimento imediato da relação tem atuado como um dos principais alicerces para que estas mulheres sejam consideradas passivas ou cúmplices das relações de violência. Ao analisarem diversos processos de denúncias realizadas por mulheres que sofreram violência doméstica, identificaram a existência de uma postura de enfrentamento das violências sofridas, e não de passividade.

Em um dos casos analisado pelas autoras acima citadas, diante da interrupção do numerário para suprir as necessidades alimentares da família, a vítima encontrou uma nova maneira de enfrentar o marido no que concerne a falta de dinheiro. Deixou tudo que tinha dentro de casa acabar e colocou para o almoço as travessas e os pratos vazios. Com base nessa atitude da vítima, as autoras acreditam que “embora se submetesse ao poder exercido pelo marido, a vítima, não deixava de tentar se auto afirmar, vez ou outra”. A discussão sobre as possibilidades

e limites que têm as mulheres para enfrentarem ou romperem relações de violência constitui-se em um campo com bastante espaço para debate (Saffioni e Almeida, 1995 p. 91).

Identificam-se na literatura três principais tendências de análise sobre a participação da mulher nas relações de violência. A primeira tem-se na percepção de que homens violentos são algozes e as mulheres, subordinadas pelas relações de dominação de gênero, as vítimas (Chauí 1985).

Essa perspectiva ancorou-se, principalmente, na formulação de Chauí (1985, p.35) sobre a violência:

Entenderemos por violência uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos de relações interpessoais. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma simetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e da desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação de um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Esta perspectiva, elaborada em um momento de fortes confrontos e de denúncia da opressão e violência masculina, por um lado ofereceu inequívoca contribuição para romper-se com o muro de convivências que cercava o segredo da violência doméstica. Possibilitou ainda esclarecer o processo de transformação das diferenças em desigualdades e seu uso para efeitos de dominação. Contudo, acabou por favorecer uma análise “vitimista” em relação a mulher, contribuindo para que inúmeras mulheres vítimas de violência doméstica a internalizassem (Chauí 1985).

Considera-se que esta concepção teve, como principal base de sustentação, o fato de terem sido as Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (assim chamadas na cidade do Rio de Janeiro), o primeiro espaço público voltando para denúncias de violência doméstica. A denúncia da opressão e violência masculinas expressa na violência doméstica, por exemplo, ao ser encaminhada à instância jurídica, propiciou de fato a polarização entre culpados e vítimas (Gregori 1993).

As autoras Saffioti e Almeida (1995, p.35) adotam parcialmente, a formulação de Chauí, mas refutam a idéia de que na relação de violência a mulher possa ser considerada como não-sujeito, ou como “coisa”. Para as autoras, as vítimas, embora

possam se sentir paralisadas pelo medo e/ou tratadas como objetos inanimados, não deixam pelo menos de esboçar reações de defesa. A posição vitimista, na qual a vítima figura como passiva, sem vontade e inteiramente heterônoma, além de não dar conta da realidade histórica, revela um pensamento extraordinariamente autoritário.

As afirmações de que a mulher não é vítima passiva e de que dispõe de parcelas de poder, tem conduzido diferentes segmentos sociais a imputarem unicamente à mulher para a responsabilidade de superação das relações de violência. Essas relações passam a ser tratadas como relações conflituosas, localizando na mulher a capacidade de, através do manejo do conflito, transformar seus maridos violentos em companheiros ideais (Saffioti e Almeida 1995).

Rocha-Coutinho (1994, p.150) enfatiza que a necessidade da mulher de agradar, de ser perfeita, de se voltar para os outros, bem como sua delicadeza e docilidade continuam presentes no discurso social, e mais que isso, parece estar ainda atuando, ainda que de forma contraditória, no interior dessas mulheres.

Vem em mente, o pressuposto de que as mulheres não são vítimas passivas, e que também não se comportam passivamente diante das violências sofridas. Considera-se que mesmo enfrentando condições ainda extremamente desfavoráveis, elas podem construir, individual e coletivamente, estratégias de ruptura, face as condições de dominação ora vigentes. Dessa forma faz-se necessário analisar dois graves e específicos limites que interferem drasticamente nas possibilidades de ruptura da violência doméstica: “o perigo real da morte, e a ausência de políticas públicas (Benefield 2003).

Segundo Hague e Malos (1999), o momento mais perigoso para mulheres vítimas de violência doméstica é, justamente, o momento da ruptura. Ressaltam que em vários casos mulheres foram mortas, na frente de seus filhos. Sendo assim, impõe-se urgente a construção de propostas que enfrentem o “perigo real de morte”, presente no momento de ruptura da relação. Considera-se que a construção de estatísticas, com a abrangência nacional de homicídios, discriminadas por sexo, relacionadas ao grau de parentesco, pode oferecer um dos subsídios fundamentais para a estruturação de políticas públicas de enfrentamento do fenômeno.

Essa dimensão da violência doméstica possibilita a discussão de outro aspecto a ela diretamente associado: o sentimento de posse do cônjuge que, ao ser atingido pela ruptura, busca a recomposição da relação a qualquer custo. O sentimento de prioridade, a impunidade e a ausência de políticas públicas atuam, dentre outros, como alicerces de manutenção dessa violência. No que se refere às condições concretas de apoio às mulheres que buscam auxílio para romperem com o ciclo de violência, uma pergunta pode ser feita: a quem recorrer? (Chauí 1985).

De fato a violência doméstica, ainda não atingiu um status capaz de desencadear a estruturação de políticas públicas que a enfrentem. Isso se deve não só as particularidades que marcam o fenômeno, mas também a forma como o estado brasileiro vem enfrentado toda a problemática social. Percebe-se, de forma mais contundente, os reflexos da política econômica implementada especialmente nos últimos anos. O desmantelamento de direitos socialmente adquiridos, a dilapidação do patrimônio público e a progressiva retirada, por parte do Estado, do financiamento de programas públicos, exemplificam esse processo (Dias 2006).

No que concerne ao processo de empoderamento, parece ser um caminho fecundo para subsidiar a formulação de propostas político-profissionais, deslocando do campo individual a exclusividade da construção de estratégias de enfrentamento e ruptura das relações de violência (Ariha 1995).

Ariha (1995, p.11) ressalta que, embora não se tenha acerca desse conceito de empoderamento uma compreensão uniforme, ele tem hoje como principais objetivos:

O desafio à dominação masculina e subordinação feminina, a transformação das estruturas e instituições que reforçam e perpetuam as discriminações de gênero e a desigualdades sociais, e possibilitar que as mulheres pobres, não somente essas, que tenham acesso e controle a seus recursos materiais e de informações. É sempre motivado ou acelerado pelas pressões externas que ocorrem através de movimentos de pessoas, grupos, ou instituições que tentam promover mudanças de percepção e de consciência, no caso das mulheres implica necessariamente em adquirir consciência.

Ao realçar as contradições que envolvem esse processo de empoderamento a autora enfatiza que, esse processo não é linear, não acontece por etapas, mas ao contrário, é um processo que se constrói de forma espiral, resultante de uma interação crítica e constante das mulheres com suas condições sociais, econômicas,

suas concepções religiosas, e as condições legais estruturais de suas sociedades (Arihla 1995).

O processo de resiliência deve ser embasado em um investimento continuado, realizado através de serviços de apoio de qualidade, por exemplo, pode fortalecer nas mulheres um sentimento que julgamos fundamental para alicerçar o enfrentamento, com vistas à ruptura, das relações de violência: a autoestima. Esse sentimento, se tratado como um processo que se articula aos demais aspectos relacionados ao fenômeno, aparece como uma aquisição lenta, paciente, disciplinada e cotidiana, uma construção deliberada e trabalhosa (Miller 1999).

Em uma das pesquisas realizadas por Freitas (2014) através de boletins de ocorrência, vê-se claramente, em um dos inúmeros depoimentos de mulheres vítimas de violência, que foi até a delegacia para realizar um pedido de medida protetiva, com relação ao seu cônjuge, como se deu o processo de resiliência nesse caso em específico:

A minha autoestima começou com um emprego. Daí fui me animando... Fez eu enxergar outras coisas, novos valores, e percebi que tenho um potencial muito grande. Eu fui descobrindo essas coisas e colocando em prática no dia a dia. No começo foi muito difícil. Mas a gente descobre uma potencialidade grande na gente, e agora eu não quero saber do meu ex-marido empatando a minha vida mais, não preciso mais dele para nada.

Neste depoimento se faz notória a forma pela qual a vítima superou a situação de violência que vivenciou. Essas vivências na “nova vida” sem o cônjuge, vão criando um sentimento de capacidade e de poder fazendo com que a vítima descubra que a sua capacidade de resiliência, é bem maior do que imaginava (Freitas 2014).

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Esse capítulo disserta sobre o método utilizado para a realização da pesquisa.

4.1 Revisão Integrativa

A metodologia é composta por uma relação entre métodos científicos. Esta pode variar de acordo com o a pesquisa a ser realizada, portanto pode ser básica ou aplicada, quantitativa ou qualitativa.

Na metodologia utilizada para realizar diversos tipos de trabalhos, é feita uma descrição detalhada no que concerne ao objeto de estudo e das técnicas que vão ser utilizadas para a sua realização.

Lakatos e Marconi (2003, p.17) definem metodologia como:

A Metodologia Científica, mais do que uma disciplina, significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da fonação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias. Podemos afirmar até: a prática nasce da concepção sobre o que deve ser realizado e qualquer tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como o mais lógico, racional, eficiente e eficaz.

Portanto a metodologia é muito importante, pois tanto o aluno como o professor fazem uso da pesquisa para aprimorar os seus conhecimentos e colocá-lo em prática moldando e aprimorando-o de forma significativa. A natureza dessa pesquisa possui como objetivo angariar novos conhecimentos para que estes, tenham utilidade e possam contribuir cientificamente.

A pesquisa possui caráter bibliográfico interdisciplinar e pesquisa de revisão integrativa. A revisão integrativa é um método cuja finalidade é reunir e sintetizar resultados de pesquisa sobre um determinado assunto, de forma sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado.

Segundo os autores Benefield (2003) e Polit (2006), a revisão integrativa inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento

de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos.

Este método de pesquisa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo. É um método valioso para a Psicologia, pois muitas vezes os profissionais não têm tempo para realizar a leitura de todo o conhecimento científico disponível devido ao grande volume, além da dificuldade para realizar a análise crítica dos estudos.

4.2 Questão da Pesquisa

Ao definir a questão norteadora na revisão integrativa deve-se levar em consideração quais serão os estudos a serem utilizados na pesquisa, quais os meios adotados para a identificação e as informações coletadas de cada estudo selecionado, se haverá ou não participantes, quais serão as intervenções a serem avaliadas e os resultados a serem mensurados. A partir de tais considerações, definiu-se como questão norteadora: Como as mulheres estão enfrentando a violência doméstica?

4.3 Estratégia de Pesquisa

Segundo Broome (2000, p. 50) a busca na literatura, deve ser bem abrangente, pois, quanto mais amplo for o objetivo, ou seja, quanto mais estudos forem encontrados, mais seletor deve ser o pesquisador quanto aquilo que deve ser incluso ou excluído, considerado ou não, na hora de selecionar os estudos.

Concernente aos critérios de inclusão e exclusão de artigos, deve ser realizada da maneira mais clara e criteriosa possível, pois a forma com que a amostra é representada, angaria à pesquisa profundidade, qualidade e confiança, no que tange a conclusão final da revisão.

Ganong (1987) relata que o certo seria incluir todos os artigos que foram encontrados. Se isso não poder ser feito, o revisor deve explicar quais foram os seus critérios.

Foram realizadas buscas de publicações nos seguintes bancos de dados:

Scielo - Scientific Electronic Library Online e na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Utilizando os descritores: “violência psicológica”, “violência doméstica” e “violência conjugal”.

Para inclusão desses estudos publicados foi utilizado os seguintes critérios:

- Artigos publicados em português;
- Publicações no Brasil entre os anos de 2010 à 2015;
- Títulos dos estudos devem ter aproximação com a questão norteadora.

Serão excluídos todos os artigos encontrados que não obedecerem os critérios acima citados. Para a exclusão dos artigos que não contemplam os critérios de inclusão estabelecidos, foi utilizado seguinte critério:

- Leitura dos títulos e dos artigos publicados

Para a realização da primeira busca foi utilizado a base de dados SCIELO - Scientific Electronic Library Online, realizando-se busca de artigos publicados em português, entre o ano de 2010 a 2015. Os descritores utilizados para a realização da pesquisa foram: “violência psicológica” e “violência conjugal”.

Por meio da busca realizada foram encontrados uma grande quantidade de artigos publicados que correspondiam aos descritores citados acima. Essa primeira etapa da revisão resultou no achado de 82 estudos publicados, ao serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 09 estudos publicados.

Da busca realizada na base de dados BVS – Biblioteca Virtual de Saúde com os mesmos descritores acima citados, foram encontrados 09 estudos publicados, ao serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 06 estudos publicados.

Após a realização da busca e da aplicação dos critérios, foi realizado a leitura na íntegra do material selecionado, com a finalidade de categorizar os resultados encontrados. Em seguida realizou-se a apresentação e a discussão de cada estudo com o propósito de identificar, compreender e apresentar os principais pontos das pesquisas realizadas.

Por fim, foram realizadas considerações acerca da temática e dos resultados apresentados, como forma de contribuir para a população no que concerne à violência contra a mulher e os seus impactos.

Para que fique mais claro o desenrolar de todo o processo, posteriormente será explicado como foi realizado detalhadamente a seleção desses estudos.

4.4 Seleção de artigos incluídos na revisão integrativa

A priori foi definida a questão norteadora do tema;

Posteriormente buscou-se os artigos na base de dados Scielo e BVS;

Na Base de dados Scielo foram encontrados 82 estudos publicados;

Na Base de dados BVS foram encontrados 09 estudos publicados;

Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão às Bases de dados pesquisadas, restaram 11 artigos para a realização da revisão.

O quadro sinóptico abaixo esboçado, mostra os estudos publicados, referente a Violência Psicológica nos relacionamentos conjugais dos anos de 2011 à 2015, no Brasil.

Cabe salientar que os estudos que não foram revisados, não constam nessa pesquisa, uma vez que atendem aos critérios de exclusão.

Tabela 1 Quadro sinóptico – Caracterização dos artigos conforme: Número de inclusão, base de dados e ano, título do artigo, autores, revista e Estado em que os estudos foram realizados.

Nº	Base de Dados e Anos	Título do Artigo	Autores	Revista	Estado
01	Scielo, 2014	Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais.	GRÜDTNER, Anne Caroline Luz da Silva; COELHO Elza Berger Salema; NJAINE, Kathie	Ciênc. saúde coletiva vol.19 no.4	Rio de Janeiro
02	Scielo, 2014	A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas	PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F	Psic.: Teor. e Pesq. vol.30 no.3	Brasília

03	Scielo, 2014	A face marcada: as múltiplas implicações da vitimização feminina nas relações amorosas	DOURADO, Suzana de Magalhães; NORONHA, Ceci Vilar	Physis vol.24 no.2	Rio de Janeiro
04	Scielo, 2012	Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais	FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa	Psicol. Soc. vol.24 no.2	Belo Horizonte
05	Scielo, 2013	Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher	ACOSTA, Daniele Ferreira; GOMES, Vera Lucia de Oliveira;	Acta paul. enferm. vol.26 no.6	São Paulo

			BARLEM, Edison Luiz Devos		
06	Scielo, 2012	Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas	MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; NETTO, Leônidas de Albuquerque; SOUZA, Maria Helena Nascimento	Esc. Anna Nery vol.16 no.3	Rio de Janeiro
07	Scielo, 2012	Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no Distrito Federal	PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F	Psicol. estud. vol.17 no.2	Maringá
08	Scielo, 2011	Violência contra a mulher:	COSTA, Lila Maria Gadoni-;	Estud. psicol. (Campinas) vol.28 no.2	Campinas

		levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher	ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco		
09	Scielo, 2014	Violência contra a mulher ou mulheres em situação de violência? Uma análise sobre a prevalência do fenômeno	RUSSO, Ricardo de Mattos; MOURA, Rafael; SOARES, Anna Tereza Miranda	J. bras. psiquiatr. vol.63 no.2	Rio de Janeiro
10	BVS, 2013	Violência contra a mulher: perfil dos envolvidos em boletins de ocorrência da Lei Maria	GRIEBLER, Charlize Naiana; BORGES, Jeane Lessinger.	Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos	Porto Alegre

		da Penha			
11	BVS, 2013	Gritos do silêncio: violência psicológica no casal	COLOSSI, Patrícia Manozzo; FALCKE, Denise.	Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos	Porto Alegre

Fonte: DE FREITAS, Thâmara Miranda, 2015.

Tabela 2 Quadro sinóptico – Caracterização conforme: Número de inclusão, objetivo do estudo, método utilizado, análise de dados, e conclusão.

Nº	Objetivo do Estudo	Método Utilizado	Análise de Dados	Conclusão
01	Busca analisar as motivações da violência nas relações de intimidade a partir do depoimento dos envolvidos; incluindo, desta forma, a ótica do homem acusado de perpetrar violência.	Pesquisa descritivo-exploratório, com abordagem quanti-qualitativa.	Foram analisadas as informações obtidas nos inquéritos sobre violência doméstica perpetrada pelo companheiro ou ex-companheiro e que continham o depoimento do casal, totalizando 172 IP.	O estudo demonstrou que os homens não reconhecem suas atitudes como violentas, banalizando na maioria das vezes as consequências dessa violência.
02	O objetivo deste artigo é identificar o que pensam psicólogas que atendem ou atenderam mulheres em situação de violência quanto às motivações para a permanência de um número significativo	A pesquisa é um estudo qualitativo, utilizando-se entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo.	Foram analisados conteúdos de autores que dissertam sobre o tema em questão, e buscando fazer uma análise das colocações dos mesmos, para entender os motivos que fazem a mulher permanecer no relacionamento.	Os resultados apontam como motivação para as mulheres permanecerem em situação de violência: a força do patriarcado; as marcas indenitárias do amor romântico e os ganhos secundários das mulheres na experiência vivida.

	de mulheres em situações de violência doméstica/conjugal.			
03	Busca apreender os sentidos atribuídos pelas vítimas à violência vivenciada e identificar as implicações decorrentes da experiência vitimizadora.	Metodologia qualitativa, em caráter retrospectivo, empregando a entrevista narrativa como técnica de coleta de dados	Foram analisadas as narrativas femininas sobre relações conjugais violentas, particularmente, casos nos quais ocorreram danos ao rosto da mulher agredida pelo parceiro	As experiências de vitimização relatadas pelas participantes do estudo evidenciaram o caráter invasivo da violência conjugal, especialmente a do tipo físico que, ao ultrapassar arbitrariamente as fronteiras do corpo da mulher, tende a deixar marcas, não só concretas, mas também simbólicas. Nesse sentido, o rosto feminino, ao se tornar o alvo preferencial do par afetivo agressor, convertesse em um espaço no qual os sinais, temporários ou permanentes, ali plantados propendem a assumir significado de demarcação do território corporal como se fossem bandeiras sinalizadoras da violência cometida.
04	O objetivo é verificar representações sociais das mulheres que sofrem ou sofreram algum tipo de violência de seus	Modelo de estudo delimitado como estudo de campo, do tipo descritivo, abordagem	Foi realizada uma entrevista semiestruturada contendo cinco perguntas, as quais propunham verificar como as participantes entendiam a violência, como viam o agressor, as causas e	A maior prevalência é a violência psicológica, causando danos emocionais a longo prazo, trazendo sérios prejuízos nas esferas do desenvolvimento e da saúde psicológica da mulher. O ciclo de

	companheiros, buscando entender a subjetivação desse fenômeno, como também verificar os principais prejuízos nas esferas sociais, psicológicas e ocupacionais dessas mulheres	qualitativa	consequências, dentre outros aspectos. Os resultados foram analisados por meio de estudo de conteúdo temático e baseados no estudo das Representações Sociais.	violência é alimentado pela tolerância e auto culpa e pela má compreensão da vítima, nesse caso, a mulher.
05	Conhecer o perfil das mulheres que formalizaram ocorrência policial em delegacia especializada e identificar as formas de violência sofrida.	Trata-se de um estudo transversal onde foram analisadas 902 ocorrências policiais.	O instrumento de pesquisa foi elaborado com base nas variáveis sociodemográficas selecionadas das vítimas, dos agressores e sobre o tipo de violência. Foi realizada análise com estatística descritiva e utilização do software SPSS® versão 17.0.	O perfil das mulheres em 902 ocorrências policiais não difere daquele descrito na literatura e as formas de violência sofridas foram: física, sexual e psicológica.
06	Caracterizar a demanda assistida nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) na região metropolitana do Rio de Janeiro	Pesquisa quantitativa, descritiva, do tipo série histórica	Os dados foram coletados a partir de 38.009 registros de ocorrência de violência à mulher no período de 2003 a 2008, cedidos pelo Instituto de Segurança Pública após aprovação pelo Comitê de Ética. As mulheres eram jovens,	Os resultados do perfil sociodemográfico das mulheres que vivenciaram a situação de violência de gênero mostram que a maioria delas é jovem, tem baixo nível educacional, é solteira, de cor branca, está em idade reprodutiva, tem alguma ocupação remunerada, e sofre violência

	quanto ao perfil sociodemográfico, tipo de violência e relação da mulher com o acusado da agressão; e analisar estes dados diante da situação da violência de gênero à luz da discussão temática		brancas, com ensino fundamental completo, solteiras e com ocupação. A maioria residia na zona norte da cidade. O local de ocorrência do delito foi a residência.	psicológica principalmente por parte do companheiro íntimo.
07	O objetivo desse estudo é conhecer como os psicólogos/as entendem questões referentes à identificação da violência contra as mulheres nos atendimentos que realizam e como explicam as motivações para que algumas delas permaneçam em relações mediadas	O estudo é de caráter exploratório, descritivo e qualitativo, e para a coleta de dados utilizou-se a <i>internet</i> .	O presente estudo, inicialmente, foi formulado um roteiro de entrevista que foi enviado por correio eletrônico, após um teste piloto (pré-teste). Nesse teste a mensagem eletrônica foi enviada a alguns(mas) psicólogos(as) que não são inscritos na área de jurisdição a que o estudo se restringe, para que respondessem e enviassem sua avaliação. O instrumento foi dividido em três partes: uma para psicólogos(as) que já tinham atendido em algum momento mulheres em situação	O trabalho da psicologia precisaria abordar os sentimentos e as dores das mulheres que vivenciam a ligação com um parceiro definida como dependência emocional, com culpa e vergonha por algo que sofrem, como se fossem elas que promovessem a situação e por isso a merecessem. Não se afirma que as mulheres sejam culpadas por apanhar, mas a forma como sentem a situação promove um sentimento de ser responsável construído a partir do lugar social atribuído ao feminino e vivido por algumas mulheres como algo que as aprisiona apesar de lhes serem

	pela violência		de violência, outra para os(as) que trabalham ou já trabalharam em serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e uma terceira, comum aos dois grupos, para a definição de um perfil sociodemográfico e de formação em psicologia.	apresentadas possíveis saídas. Talvez seja preciso discutir não a culpabilização das mulheres que continuam em relações mediadas pela violência, mas a corresponsabilização, que precisa ser considerada nesses casos. Dessa forma, essa pode ser uma possível intervenção da psicologia nos serviços especializados para o grupo de mulheres que, apesar das intervenções de empoderamento baseado nas teorias de gênero, continuam ligadas e vivenciando violências de todas as ordens.
08	Apresentar os resultados do levantamento dos casos atendidos no setor de Psicologia de uma Delegacia para a Mulher, em município da região metropolitana de Porto Alegre (RS), no período de 2006 a 2008.	Foi realizado estudo documental, a partir das fichas de atendimento do setor de Psicologia da Delegacia para a Mulher na região metropolitana de Porto Alegre, relativas ao período de março de 2006	As fichas contêm as principais informações do caso, incluindo idade, escolaridade, profissão, emprego, estado civil, situação conjugal, número de filhos, presença ou não de família extensa (avós, tios, primos etc.), ocorrência de violência na família de origem da mulher e na família do agressor, uso de álcool e/ou outras drogas pelo agressor, uso de medicação psiquiátrica pela vítima e motivo	Os principais resultados deste estudo apontam para o predomínio da violência psicológica, entrelaçada com outros tipos de violência. Em consonância com a literatura, o principal agressor e o abusador sexual encontram-se dentro de casa. A violência na família de origem e o uso de álcool e outras drogas foram associados à violência atual e podem ser considerados preditores do fenômeno, de acordo com os dados deste levantamento.

		(inauguração da delegacia) a dezembro de 2008.	da procura.	
09	Refletir sobre as possíveis diferenças entre os termos “violência contra mulher” e “mulheres em situação de violência” com base na análise da ocorrência de violência íntima.	Trata-se de um estudo transversal com uma amostra de 640 mulheres com idade entre 20 e 64 anos, em quatro unidades de Saúde da Família do município de Nova Iguaçu (RJ)	Para aferição do evento, foi utilizada a versão em português do instrumento <i>Revised Conflict Tactics Scales</i> , que avaliou as formas – e suas interseções – de violência física, psicológica e sexual sofridas e perpetradas pelas mulheres ao menos uma vez na vida.	Na tentativa de melhor entender a dinâmica da violência íntima, seria oportuno considerar a mobilidade de papéis na relação do casal para além da demarcação de gênero – histórica e por vezes imobilizadora – entre vítima e agressor.
10	Investigar o perfil dos personagens envolvidos nos casos de violência contra a mulher, sobretudo em relação à mulher em situação de violência e ao homem em situação de agressão, em boletins de ocorrência	Foi realizada uma pesquisa documental em 103 boletins de ocorrência associados à Lei Maria da Penha, os quais foram registrados em uma Delegacia de Polícia Civil, da Região Noroeste	Foram realizadas análises estatísticas descritivas e de frequência simples para as variáveis de interesse e, por fim, foi realizada devolução da pesquisa para a instituição.	A maioria das mulheres não deseja representar criminalmente seus companheiros abusivos, mas somente solicitar medidas protetivas. Além disso, há desistência da denúncia também é frequentemente observada nestes casos. Muitas mulheres não se percebem seguras e autônomas o suficiente para darem seguimento ao processo criminal.

	registrados na Delegacia de Polícia Civil de um município do interior do Rio Grande do Sul, fazendo um comparativo com os dados encontrados em estudos no Brasil, em regiões metropolitanas.	do Rio Grande do Sul, no ano de 2010.		
11	Considerando a dinâmica conjugal estabelecidas no contexto de violência psicológica, o presente estudo tem como objetivo investigar o modo como essas conjugalidades, se estabelecem e se perpetuam.	Pesquisa qualitativa	Os instrumentos utilizados foram a entrevista semi estruturada com o casal, entrevista para a resolução de dilemas, genograma familiar e entrevista individual. A análise dos dados baseou-se na compreensão dinâmica dos casos, através da síntese de casos cruzados, baseada na teoria familiar sistêmica.	Mais do que agressores e vítimas, os cônjuges se responsabilizam em alguma medida pela manutenção do aspecto gerador de sofrimento. Se ambos são considerados co-autores da dinâmica ora existente, podem, igualmente, tornarem-se responsáveis pela mudança, tão difícil quanto necessária, a ser impressa em novas possibilidades relacionais.

Fonte: DE FREITAS, Thâmara Miranda, 2015.

5. Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos artigos selecionados possibilitou uma compreensão mais abrangente e clara sobre o objetivo dessa pesquisa.

Os artigos revisados, trazem a mesma questão no que concerne à violência psicológica, e a sua consequência para a vida da mulher vítima de violência. Narram os traumas, o medo, o enclausuramento emocional, uma vez que todas as agressões começaram com humilhações e xingamentos.

Ainda a respeito da violência psicológica todos os artigos buscam trazer as possíveis doenças e sofrimentos psíquicos que a mesma possa vir a causar na vítima, como citado no corpo desse trabalho. Nota-se que as vítimas muitas vezes não tem noção da violência psicológica, pelo fato de ocorrer de modo naturalizado, ou por ter vindo de uma família patriarcal demais, pela cultura, ou pela sociedade. Pelos discursos apresentados nos artigos, percebe-se que as vítimas estão sob o controle do agressor, que acreditam ser culpadas por receberem esse tipo de tratamento, que a violência psicológica começa fazendo-as crer que tudo é culpa delas e dessa forma passam a acreditar que se o cônjuge a trata com xingamentos e humilhações é devido a não ser uma boa esposa, por não estar fazendo as coisas direito, ou que precisa compreender melhor o seu parceiro.

Outro ponto apresentado em todos os artigos é a escolaridade, considerando que segundo vários autores a maioria dos agressores possuem só até o oitavo ano. Na maioria dos casos o agressor possui baixa escolaridade. A remuneração da vítima perto da do agressor é bem irrisória. De todos os artigos revisados apenas em um destes ocorreu o contrário, sendo uma médica a vítima de violência.

Os artigos também retratam uma questão muito comum e vivenciada nos relacionamentos conflituosos, que é a crença que a mulher vítima de violência alimenta, sobre o agressor vir a mudar, porque ela o ama, e que talvez dando-lhe amor e fazendo suas vontades consiga fazer com que o relacionamento volte a ser o que era antes das agressões.

A vítima que é ferida na face se sente com a identidade ferida também. O corpo é um espaço da mulher que o agressor encara como propriedade dele. O trauma que a vítima carrega não é uma cicatriz visível, é o que fica depois que a cicatriz some, é a integridade destruída, é ter de conviver com o medo, é se olhar no

espelho e recordar-se de que ali havia um hematoma, é sentir raiva de si mesma por ter se permitido estar em uma relação conflituosa por tanto tempo.

Outro ponto importante é a questão da mulher acreditar que para “ser alguém” ela precisaria do agressor, pois ele a faz acreditar nisso quando diz que “sem ele, ela não seria ninguém”, dessa forma passa a se ver sem identidade se não estiver com ele. Acredita que não terá valor perante a sociedade sem ele.

Com relação a percepção que as mulheres vítimas de violência tem de seus parceiros, percebe-se que suas falas são cheias de contradições. Enquanto em parte dos relatos afirmam que o agressor é uma pessoa boa e de bom coração relatam também ser um canalha, um covarde e assim por diante. Isso mostra que a vítima de uma certa forma não possui muita noção da magnitude do que está acontecendo com ela, e das consequências que essa violência pode acarretar para a sua vida.

A questão de gênero está presente em todos os artigos, denotando que as mulheres advém de uma cultura, sociedade, e de uma religião nas quais aprenderam que a mulher deve ser submissa ao marido, que deve respeitá-lo independente de qualquer coisa. Os fatores que implicam as mulheres vítimas de violência domésticas à submissão são vários. Desde pequenas as mulheres são criadas para serem donas de casa, do lar, cuidar dos filhos, cozinhar, passar e lavar. O homem deve ser o provedor, ser forte e fielmente respeitado pela sua esposa.

Ainda nos dias atuais a violência doméstica contra a mulher é vista como algo que compete apenas ao casal resolver entre si, como se fosse um problema particular, íntimo, que deve ser começado e terminado no sigilo do lar, e não é encarada como um problema social.

A sociedade continua arrastando o sexo feminino para a seguinte situação: ao invés dos agressores pagarem pelos seus atos e serem responsabilizados por eles, os homens que são problemáticos na verdade precisam ser compreendidos, pois o que eles precisam é apenas de uma mulher que os compreenda e lhes dê amor, para que seja capaz de mudá-lo. Não soa bem, prestar-se a um papel desses de se anular enquanto ser humano, para salvar o seu agressor dos seus comportamentos repugnantes.

A sociedade faz com que as mulheres se coloquem no papel de mártires, pelo medo de serem chamadas de vagabundas, infiéis e diversos outros atributos negativos, o que faz com que se conformem com um relacionamento perigoso. A sociedade coloca a questão de exagero, que as mulheres exageram quando falam mal do seu parceiro, o que se torna fácil a invalidação das denúncias e até mesmo a retirada da queixa pela vítima na delegacia.

De acordo com os autores Meneghel e Hennington (2007), a vulnerabilidade e a fragilidade que a mulher vítima de violência se encontra dentro de uma relação conflituosa, causa danos seríssimos a sua autoestima e na sua autoimagem, na forma como ela encara e vê a si mesma, fazendo-a crer que não tem valor, sendo assim tomada por uma grande insegurança, e ficando sem condições psicológicas de se proteger. Isso faz com que a mulher aceite a situação de violência como se fizesse parte da sua condição enquanto mulher.

O uso de álcool e drogas mostra-se como um importante fator para a ocorrência de violência. A maioria das agressões perpetradas pelos parceiros foram influenciadas pelo efeito do álcool e das drogas. Com relação a isso, os agressores relatam, que o motivo pelo qual agredem as suas parceiras, é pelo fato das mesmas implicarem quanto a ele fazer uso de bebidas alcoólicas, e colocam a culpa na vítima relatando ser paranoica e débil mental. Muitos agressores escondem o fato de usarem drogas com medo de serem punidos e até mesmo presos ao serem denunciados por suas parceiras. Os agressores se vitimizam, alegando sempre que as agressões foram sempre por culpa da vítima, ou por terem o irritado porque chegou tarde, ou porque não tem liberdade e por estar se sentido sufocado em um relacionamento no qual não pode fazer o que gosta.

Os motivos pelo qual a mulher vítima de violência permanece na relação conflituosa também foi alvo de questionamentos. Vários e incontáveis são os motivos para que isso aconteça, como a autoestima baixa, o pensamento mágico de que o agressor possa mudar, a dependência financeira, a naturalização da violência, medo de largar o agressor e ser morta, dentre outros inúmeros motivos.

Contudo, percebe-se que a falta de implementação de políticas públicas é notória, que a medida protetiva tida como uma segurança para a mulher é rompida sem pudor pelo agressor, no qual muitas das vezes não paga por isso. O mal da

sociedade impede que a vítima faça a denúncia com medo de ser julgada, mal falada, e servir de chacota para a comunidade da qual faz parte. Desta forma vê-se a necessidade de estar falando sobre o assunto, realizando palestras e trabalhos a respeito, como uma forma de conscientizar a vítima dos seus direitos, bem como o agressor, o qual pode não caracterizar uma humilhação ou xingamento como violência, sem a noção do quanto isso fere sua parceira, o que se explica por ter feito parte de uma família onde tal comportamento era considerado normal, por ter tido um pai machista que passou valores ruins.

Por fim e não menos importante, cabe salientar que na pesquisa de revisão realizada, não foi encontrado nenhum trabalho desenvolvido e publicado sobre o tema na região Centro-Oeste do Brasil, atentando para que mais trabalhos e pesquisas na região sejam produzidos. O Estado do Mato Grosso é grande, porém, pouco populoso em vista dos demais, contudo a violência contra a mulher é marcante e numerosa. Por isso cabe atentar para que essa lacuna seja preenchida, fazendo-se necessário a realização de pesquisas na região para suprir essa carência de produção científica. Embora a realização desse trabalho tenha se dado com o objetivo de suprir essa carência, ainda há muito o que ser explorado e debatido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência psicológica praticada contra a mulher nos dias atuais tem se tornado uma questão de saúde pública, uma vez que esse ato prejudica gravemente a integridade emocional da agredida, assim como a sua segurança pessoal, que é totalmente destruída por conta de um relacionamento pautado no medo e na coerção.

A pior das violências acaba por ser a psicológica, pois quando não se denuncia, esta pode tornar-se física. A violência psicológica esta presente em todas as demais violências, pois quando se agride fisicamente a vítima, também deixam-se marcas no seu emocional no seu psicológico.

O agressor não é um desconhecido, dorme embaixo do mesmo teto, e divide a mesma cama. Tradicionalmente a casa é considerada como um local sagrado e inatingível, por isso a dificuldade para se combater a violência doméstica.

A violência contra a mulher é um fenômeno bem complexo, pois em algumas sociedades e cultura ela ainda é tolerada. A ausência de políticas públicas que inclua a vítima e o agressor, são a causa para o desenvolvimento de poucas intervenções, restando as delegacias o papel de punir as agressões e coibir os agressores.

A violência perpetrada contra a mulher não é nitidamente visível, não sendo considerada como um crime perante o âmbito social, assim como no meio jurídico na maior parte das vezes. Dessa forma, deixa nítido que o Poder Judiciário está inundado no que existe de mais conservador e antiquado, no que diz respeito a violência contra a mulher.

Como se nota a mulher tem sido um dos principais alvos de violência, e necessita cada vez mais da ajuda e da intervenções não só de profissionais da Justiça atuantes nessa questão. É preciso buscar conhecimento a respeito da violência contra a mulher, para que seja possível realizar de forma sábia e eficaz o seu papel no que se refere a escuta, acolhimento e intervenção.

A violência doméstica é uma expressão dentro do relacionamento, e se faz necessário uma mudança de paradigma na sociedade, o que de uma certa forma alçará voo para uma relação de gênero com mais humanidade, dignidade, harmonia e respeito.

REFERÊNCIAS

ALBERONI, Francesco. **El misterio del enamoramiento**. Tradução de Gabriel Zadunaisky. 2ª edição, Barcelona, Gedisa, 2004.

ALDRIGHI, T. **Família e violência**. In: Ceverny, C. M. O. (Org) Família e... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ARILHA, M. Contracepção, empowerment e entitlement: Um cruzamento necessário na vida das mulheres. In: BERQUEÓ, E. (ORG.) **Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. São Paulo: Carlos Chagas, 1995.

AZEVEDO, M. A. **Era uma vez o preconceito contra criança**. São Paulo: USP, Laboratório de Estudos da Criança, 2006; GUERRA, V. N. A. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas. A violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BENEFIELD LE. **Implementing evidence-based practice in home care**. Home Healthc Nurse 2003.

BEZZERA, Sheila. **Antropologia: Violência doméstica**. Rio de Janeiro: Ed, 2009.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

Brasil. **Código Penal Brasileiro**, 1940. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.340**. Sanciona em 07 de agosto a Lei Maria da Penha, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: Maio de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, 2001.

Broome ME. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: Rodgers BL, Knafel KA, editors. **Concept development in nursing: foundations, techniques and applications**. Philadelphia (USA): W.B Saunders Company; 2000.

CALDERONI, Vivian.; JESUS, Maria Gorete Marques de. (Coord). **Julgando a tortura: análise de jurisprudência nos tribunais de justiça do Brasil** (2005 – 2010). ACAT-Brasil/Conectas/NEV-USP/IBCCRIM/Pastoral Carceraria, 2015.

CEVERNY, C. M. O. **Família e filhos no divórcio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, vol. 4, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, p. 25-62, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CONTI, M. C. S. **Aspectos psicanalíticos, jurídicos e sociais**. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

DELGADO, Mário Luiz. **Violência Patrimonial contra a mulher**. São Paulo, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **A impunidade dos delitos domésticos**. Palestra proferida no IX Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica. Alagoas. 2006. Disponível em: <www.mariaberenice.com.br>. Acesso em: Julho de 2015.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra mulher**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

GAGLIANO, P. Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – Volume VI**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GANONG LH. **Integrative reviews of nursing research**. Res Nurs Health 1987.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magna Lopes. São Paulo, UNESP, 1993.

GREGORI, M. Cenas e queixas. In: **Novos estudos Cebrap**. Nº 23. São Paulo, 1989.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas**. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993.

HAGUE, G. e MALOS, E. Homeless Children and Domestic Violence. In: VOSTANIS, P. e CUMELLA, S. (org.) **Homeless Children: problems and**

needs. London: Jessica Kingsley Publishers, 1999.

Hermenêutica e aplicação do direito. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A Violência no Casal: da coação psicológica**
IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: papel do sistema judiciário na solução de conflitos de gênero**. 2ed. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

JESUS, Maria Gorete Marques de. GOMES, Mayara. **Invisível aos olhos: a violência institucional da tortura contra mulheres**. São Paulo, 2015.

KASHANI, Javad H.; ALLAN, Wesley D. **The impact of family violence on children and adolescents**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**.: Análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Forense. 1999.

MAIA, Luciano Mariz. **Do controle judicial da tortura institucional: à luz do direito internacional dos direitos Humanos**. Recife: Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

Maria da Penha da dor à lei. Amazonas, 2013. Disponível em: <http://www.meionorte.com/noticias/maria-da-penha-da-dor-a-lei-veja-a-historia-da-mulher-cuja-vida-mudou-mudou-vidas-202771>. Acesso em: Novembro de 2015.

MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (orgs). **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura militar**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MILLER, Mary Susan. **Feridas Invisíveis: abuso não-físico contra Mulheres**. Trad. Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v.26, nº 1, p. 135-140, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n1/v26n1a10.pdf>>. Acesso em: Julho de 2015.

MUSZKAT, M. E. **Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações**. São Paulo: Summus, 2005.

OPAS - Organización Panamericana de La Salud . **Violencia contra la mulher**: un tema de salud prioritario. Washington (DC): División de Salud Familiar y Reproductiva; División de Salud y Desarrollo Humano; 1998.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Conferência Mundial para os Direitos Humanos**. Conferência que visou discutir o reconhecimento dos direitos das mulheres e que a violência de gênero fosse incluída na discussão; 1993.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”**. 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>. Acesso em: Julho de 2015.

POLIT DF, Beck CT. **Using research in evidence-based nursing practice**. In: Polit DF, Beck CT, editors. *Essentials of nursing research. Methods, appraisal and utilization*. Philadelphia (USA): Lippincott Williams & Wilkins; 2006.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, H. e ALMEIDA, S. S.. **Violência de Gênero. Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCHRAIBER, L. B.; d' OLIVEIRA, A. F. L. P. **Violência contra mulheres: Interface com a saúde. Interface: Comunicação, Saúde e Educação**. v3, n5, 1999.

SEADE. **Um retrato da violência contra a mulher**. 2038 B. o. São Paulo: SEADE/CECF, 1987.

SILVA, José Geraldo da. **Leis penais especiais anotadas** / José Geraldo da Silva, Paulo Rogério Bonini; coordenador: Wilson Lavorenti. Ed. 12. Campinas, SP: Millennium Editora, 2001.

SOUZA, Ednilsa R. de. **Violência Social: um desafio para os serviços de saúde pública**. In: *Saúde em foco*, nº 13, p. 2-3, Secretaria Municipal de Saúde, Rio de Janeiro, 1996.

SOUZA. Lídia Cibele de. **Estupro conjugal: Conjunção carnal forçada do marido contra sua esposa sob o aval da figura do dever de coabitação**. CENSI – Centro de ensino superior de Itabira curso de direito (2009).

Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. 1997. **Da guerra à paz: Os direitos humanos das mulheres: Instrumentos internacionais de proteção**. Porto Alegre: Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/MonografiaEstuproconjugal/699812.html>>. Acesso em Julho de 2015.

TORRES, Anália Cardoso. Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos. **A relação entre vida conjugal e trabalho** (IN) IV CONGRESSO

PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA – Sociedade Portuguesa – passados recentes / futuros próximos, Coimbra, 2000.

TORRES, Anália M. C.. A individualização no feminino, o casamento e o amor. (In) **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2000.

VASCONCELLOS, Elen Cristiane Guida. **Aspectos Médico-Legais do Estupro: Perícia**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18854/aspectos-medico-legais-do-estupro-pericia>>. Publicado em 04 mai. De 2011. Acesso em Junho de 2015.

WALKER, L. E. A. **The battered women syndrome**. New York: Harper e Row Publishers, 1979.

WALKER, Leonore E.A. The battered woman. New York: Harper and How, 1979. Apud AGUIAR, Cristina et al. **Guia de serviços de atenção a pessoas em situação de violência**. Salvador: Fórum Comunitário de Combate a Violência/ Grupo de Trabalho Rede de Atenção, 2002.